

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP
Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design - Campus de Bauru

TATHIANA RODRIGUES SAQUETO

**COMUNICAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL: A UTILIZAÇÃO DE
WEBSITES INSTITUCIONAIS COMO MECANISMO DE PROMOÇÃO DA
DEMOCRACIA EM SEUS PILARES DE TRANSPARÊNCIA DE CONTAS E DE
POLÍTICAS PÚBLICAS**

Bauru - SP
2025

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01 - Vargem Limpa. Bauru - SP - Brasil
Fone: 14 3103-6057 | e-mail spg.faac@unesp.br
www.faac.unesp.br

TATHIANA RODRIGUES SAQUETO

**COMUNICAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL: A UTILIZAÇÃO DE
WEBSITES INSTITUCIONAIS COMO MECANISMO DE PROMOÇÃO DA
DEMOCRACIA EM SEUS PILARES DE TRANSPARÊNCIA DE CONTAS E DE
POLÍTICAS PÚBLICAS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", para a obtenção do título de Mestre em Gestão e Políticas da Informação e da Comunicação Midiática.

Área de Concentração: Comunicação Midiática

Orientador: Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes

Bauru - SP

2025

S242c	Saquete, Tathiana Rodrigues Comunicação e Gestão Pública Municipal: A Utilização de Websites Institucionais como Mecanismo de Promoção da Democracia em seus Pilares de Transparência de Contas e de Políticas Públicas / Tathiana Rodrigues Saquete. – Bauru, 2025 111 p. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru Orientador: Nelson Russo de Moares 1. Democracia. 2. Comunicação Pública. 3. lei de responsabilidade fiscal. 4. Accountability. I. Título.
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA DE MESTRADO

Conforme estabelece a Portaria Unesp 117/2022, de 21 de dezembro de 2022 e ainda pela Instrução AT/PROPG nº 02, de 22 de dezembro de 2022, apresenta-se aqui o Impacto esperado desta dissertação de mestrado.

Tendo em vista que esta pesquisa busca trazer à tona a importância da comunicação, como um dos pilares fundamentais para a manutenção da democracia, espera-se compreender como as prefeituras estão cumprindo seus deveres na divulgação de ações governamentais em relação à Lei de Transparência, e Responsabilidade Fiscal, bem como o fortalecimento da accountability e do debate democrático. O trabalho também vai de encontro ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS 16, que tem como meta "Paz, Justiça e Instituições Eficazes", onde há esforço por uma sociedade mais pacífica, inclusiva e com acesso à justiça para a construção de instituições mais eficientes e responsáveis.

POTENTIAL IMPACT OF THIS MASTER'S RESEARCH

As established by Unesp Ordinance 117/2022, of December 21, 2022, and also by AT/PROPG Instruction No. 02, of December 22, 2022, the expected impact of this master's dissertation is presented here.

Given that this research seeks to highlight the importance of communication as one of the fundamental pillars for maintaining democracy, it is expected to understand how municipalities are fulfilling their duties in disseminating government actions in relation to the Transparency and Fiscal Responsibility Law, as well as strengthening accountability and democratic debate. The work also aligns with Sustainable Development Goal - SDG 16, which aims for "Peace, Justice and Strong Institutions," where there is an effort towards a more peaceful, inclusive society with access to justice for the construction of more efficient and accountable institutions.



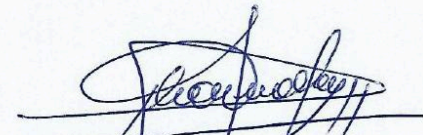
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Bauru



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE TATHIANA RODRIGUES SAQUETO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 26 de novembro de 2025, às 8h30min, no(a) Via Google Meet, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de TATHIANA RODRIGUES SAQUETO, intitulada **Comunicação e gestão pública municipal: a utilização de websites institucionais como mecanismo de promoção da democracia em seus pilares de transparência de contas e de políticas públicas**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Professor Associado NELSON RUSSO DE MORAES (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Audiovisual e Relações Públicas / UNESP / Câmpus de Bauru - FAAC, Professora Doutora RAQUEL CABRAL (Participação Virtual) do(a) Departamento de Audiovisual e Relações Públicas / UNESP / Câmpus de Bauru - FAAC, Professor Doutor FRANCISCO GILSON REBOUÇAS PORTO JÚNIOR (Participação Virtual) do(a) Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão / Universidade Federal do Tocantins. Após a exposição pela mestrande e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: APROVADA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.


Professor Associado NELSON RUSSO DE MORAES

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador pela confiança em abraçar um tema de importante utilidade para que a população faça bom uso de políticas públicas, pela amizade, paciência e ensinamentos compartilhados nesta jornada.

Aos meus pais, que não estão mais por aqui, mas me proporcionaram meios para que sempre fizesse bom uso da educação que tanto sonharam em me dar.

Ao meu marido pelo companheirismo, apoio e incentivo para concluir esta etapa de minha vida.

À Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho - Unesp de Bauru, pela oportunidade de participar de um mestrado de qualidade, com um corpo docente atento e preparado para compartilhar experiências e ensinamentos.

RESUMO

A presente comunicação, sob a forma de dissertação de mestrado, buscou compreender como as prefeituras municipais das três capitais brasileiras mais populosas têm realizado a comunicação em seus websites institucionais para fortalecer a transparência de contas e de gestão de políticas públicas, considerando o campo de convergência teórica entre as áreas da comunicação, da democracia e da Lei de Responsabilidade Fiscal. A Dissertação, organizada em cinco capítulos, ao indagar sobre como as prefeituras das três capitais brasileiras mais populosas têm utilizado seus canais oficiais em prol do fortalecimento da transparência de contas e de gestão de políticas públicas, traz como objetivo geral “compreender como as gestões públicas municipais utilizam seus websites para o fortalecimento da democracia em seus pilares de transparência de contas e de políticas públicas”. A metodologia foi estruturada sobre a exploração bibliográfica e documental, por meio da navegação orientada nos websites das prefeituras de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Por fim, os estudos indicaram que, embora haja avanços expressivos na disponibilização de informações públicas por meio das plataformas digitais, ainda persistem lacunas estruturais, técnicas e comunicacionais que limitam o exercício pleno da transparência e, conseqüentemente, o fortalecimento da democracia participativa.

PALAVRAS-CHAVE: democracia; comunicação pública; lei de responsabilidade fiscal; accountability.

ABSTRACT

This study, presented in the form of a master's thesis, sought to understand how the municipal governments of the three most populous Brazilian capitals have carried out communication on their institutional websites in order to strengthen transparency in public accounts and in the management of public policies, considering the field of theoretical convergence between the areas of communication, democracy, and the Fiscal Responsibility Law. The thesis, organized into five chapters, investigates how the municipal governments of the three most populous Brazilian capitals have used their official channels to strengthen transparency in public accounts and in the management of public policies. Its general objective is "to understand how municipal public administrations use their websites to strengthen democracy through its pillars of transparency in public accounts and public policies." The methodology was structured around bibliographic and documentary research, through guided navigation of the websites of the municipal governments of São Paulo, Rio de Janeiro, and Brasília. Finally, the studies indicated that although there have been significant advances in the availability of public information through digital platforms, structural, technical, and communicational gaps still persist, limiting the full exercise of transparency and, consequently, the strengthening of participatory democracy.

Keywords: democracy; fiscal responsibility law; communication; accountability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Print do portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - São Paulo.....	50
Figura 2 - Print do portal do Investe SP.....	51
Figura 3 - Print da home principal e oficial da Prefeitura de São Paulo.....	52
Figura 4 - Print do Portal de Transparência da Prefeitura de São Paulo.....	53
Figura 5 - Print do portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Rio de Janeiro.....	55
Figura 6 - Print do Blog FGV IBRE - Economia do Rio e do Brasil.....	56
Figura 7 - Print da home principal e oficial da Prefeitura de São Paulo.....	56
Figura 8 - Print do Portal de Transparência da Prefeitura do Rio de Janeiro.....	57
Figura 9 - Print do portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Brasília - DF.....	59
Figura 10 - Print dos Aspectos Econômicos do Distrito Federal.....	60
Figura 11 - Print da home principal e oficial da Prefeitura de Brasília - DF.....	61
Figura 12 - Print do Portal de Transparência da Prefeitura do Distrito Federal.....	61
Figura 13 - Print do Portal do G1 com os 10 maiores PIBs do Brasil.....	62

Figura 14 - Print do website do Tesouro Nacional com as capitais mais bem avaliadas em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal.....	63
Figura 15 - Print do portal do G1 com as 10 cidades mais populosas do Brasil.....	64
Figura 16 - Página inicial do site da Prefeitura Municipal de SP.....	66
Figura 17 - Página inicial do site da Prefeitura Municipal do RJ.....	67
Figura 18 - Página inicial do site do Governo do DF.....	67
Figura 19 - Página dados abertos site Prefeitura de SP.....	76
Figura 20 - Página dados abertos site Prefeitura do RJ.....	76
Figura 21 - Página dados abertos site DF.....	77
Figura 22- Disponibilização de mídias sociais.....	81

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Resultado fiscal real dos Municípios por porte populacional: 2023 e 2024 (R\$ bilhões).....	32
Quadro 2 - Linguagem Amigável Acessibilidade.....	68
Quadro 3 - Educação Fiscal.....	73
Quadro 4 - Identidade Visual.....	78
Quadro 5 - Análise comparativa dos sites das cidades pesquisadas.....	84

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 - Despesa primária real dos Municípios em 2024 (R\$ bilhões).....	33
--	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	21
2.1 2.1 A importância da democracia, suas condições estruturantes e desafios das gestões públicas	22
2.2. Lei de Responsabilidade Fiscal, accountability e as mudanças da democracia direta para a participativa.....	28
2.3. Convergência entre a Comunicação e a Participação Popular em Ações Governamentais.....	35
3. METODOLOGIA	42
3.1 Estratégia metodológica.....	42
3.2 Recorte temporal e espacial de estudos.....	47
4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS.....	66
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS	87

1. INTRODUÇÃO

A sociabilidade humana fez gerar há milhares de anos as relações sociais e as sociedades tribais, que aos poucos foram se tornando crescentemente complexas. Dessa forma, a autogestão, que antes era pautada em laços de afetividade e de vida em comunidade, foi se transformando e criando estruturas formais que até hoje fundamentam a sociedade contemporânea (Tönnies, 1957).

As tais relações sociais complexas fizeram estruturar organizações públicas (Estado), privadas (mercado) e do terceiro setor (associativas), cada qual com suas estruturas administrativas e finalidades estatutárias (Moraes, 2005). A relação entre as pessoas precisou ser gradativamente regulada para que o coletivo pudesse proteger os interesses públicos. Tal regulação e adequações necessárias pautadas no coletivo tem contribuído para a permanência da democracia, há mais de 2.500 anos, o que faz com que este regime de gestão ainda seja o mais sonhado, vivenciado e defendido em todo o mundo, independente de grupos que objetivem (mesmo dentro do âmbito público), o bem particular ou pessoal em detrimento do coletivo.

Como complemento ao parágrafo anterior, dos idos tempos das arenas gregas e atenienses, passando pela modernidade e na contemporaneidade, a esmagadora maioria da humanidade defende a democracia como único regime possível para que haja justiça nos padrões de acesso aos bens públicos e mínimos sociais, e ainda para que a participação na gestão pública seja viável à humanidade (Bobbio, 2009).

As trilhas das relações sociais humanas, e nestas o amadurecimento dos processos democráticos da maioria dos países do mundo, levou à criação de mecanismos importantes como as eleições livres e os seus processos eleitorais, o acesso à informação, o controle social sobre o Estado e a *accountability*, assim como a crescente participação popular à concepção de conceitos e teorias ligadas às políticas públicas.

A humanidade e suas sociedades amadureceram em suas relações sociais. Nesse contexto, caso algum destes mecanismos falhem: o sistema democrático, as políticas públicas e o próprio papel do Estado, conforme destaca Dahl (2001), a democracia sempre ressurgirá e se recomporá, pois, suas raízes estão ao fundo e na essência das relações humanas mais civilizadas e potencialmente justas.

Dahl (2001) ainda destaca que este regime é um obstáculo para governos autocratas, pois garante aos cidadãos liberdade e direitos fundamentais, proporciona que o indivíduo viva sob leis de sua própria escolha, permite o exercício da responsabilidade moral, promove o desenvolvimento humano, promove o direito pela igualdade política, inibe lutas civis e o país tende a ser mais próspero. Seguindo estes tópicos, Dahl (2016, p.173) relata que:

Mais cedo ou mais tarde, todos os países passarão por crises bastante profundas - crises políticas, ideológicas, econômicas, militares e internacionais. Dessa maneira, se pretende resistir, um sistema político democrático deverá ter a capacidade de sobreviver às dificuldades e aos turbilhões que essas crises apresentam.

Assim, a comunicação pode ser um meio importante para solidificar os valores democráticos das sociedades, servindo de caminho para a estruturação de instrumentos de diálogo e negociação contínua. Para isso, é aconselhável que os gestores acompanhem sua evolução e sigam as leis de transparência pública que permitem a compreensão e a participação social.

Com o passar do tempo e a produção vivenciada de toda a história da humanidade, observa-se que a maneira de informar sobre a gestão das coisas públicas, bem como as próprias manifestações populares, têm mudado constante e profundamente, assim como as tecnologias da comunicação e amplitude do próprio termo “democracia”.

Nos primórdios da democracia, em Atenas, por exemplo, a palavra “demos” se referia a “todo o povo”, mas era tratada de forma pejorativa, pois era usada para se dirigir às pessoas de classes menos abastadas. Dahl (2016, p.21) observa que:

Às vezes, *demokratia* era utilizada por seus críticos aristocráticos como uma espécie de epíteto, para mostrar seu desprezo pelas pessoas comuns que haviam usurpado o controle que os aristocratas tinham sobre o governo.

Esse tratamento dado pelo governo em relação às pessoas e parcelas economicamente menos favorecidas, era uma forma de demonstrar desprezo por aqueles que passaram a dividir o poder com os aristocratas de Atenas. Mais tarde, esse confronto de interesses e igualdade de direitos fomentou uma inquietude civil, seguida pela militarização, guerras e novas formas de pensar governos democráticos sólidos.

Com o passar do tempo, crescentemente a informação foi se constituindo como sinônimo de poder e fortalecimento da democracia, e a sua busca culminou em grandes movimentos como o Renascimento e o Iluminismo, onde a cultura, arte, ciência, política, a mudança de pensamento e de paradigmas europeus ganharam projeção.

Bucci (2022, p.07) explica que no século XVIII, a palavra “informação” não ganhou expressividade e foi substituída por “verdade” com intenção mercadológica, principalmente nos meios impressos, e somente ela levaria até o caminho da felicidade. Já no século XIX, o acesso à informação adquiriu novos meios, como o telefone e o rádio. Em seguida, veio a televisão, fax, TV interativa e a Internet. Estes novos meios de comunicação, e como eles se comportavam no ambiente emissor-receptor passaram a ser estudados. Assim, surgiram teorias, como a “Agulha Hipodérmica (1920 - 1930)”, que nasceu da Escola de Chicago e defendia que os meios de comunicação tinham um poder enorme na manipulação das massas, o “Modelo de Laswell (1948)”, focado no processo comunicativo, o “Modelo de Shannon e Weaver (1949), conhecido por seu processo linear e unidirecional, e que precisava de uma fonte, um transmissor, um canal, um receptor, um destino e um ruído para ter sentido e o modelo de “McCombs e Shaw (1972)”, que avançou do processo para os efeitos, e trouxe à tona a Agenda Setting, onde a mídia informava, mas definia os temas que o público tinha interesse.

Passando pelas Teorias da Comunicação, o Brasil também passou por mudanças políticas e sociais. E quando a pauta é democracia, ela pode ser

considerada recente, tendo seu início em 1989, com o fim das eleições indiretas. Não diferente de outros lugares, o país também passou por mudanças sociais, comportamentais e comunicacionais, saindo de um período ditatorial, até fazer parte do processo democrático.

Com este regime, país, Estados e municípios passaram a ter direitos e deveres dentro de um pacto federativo. Atualmente, no caso das Prefeituras Municipais, elas são entes federados responsáveis pela administração direta dos 5.568 municípios brasileiros e precisam cumprir leis orçamentárias e fiscais, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), dando total transparência às contas públicas. Para que tudo seja cumprido legalmente, as gestões municipais são tensionadas, constantemente, pela sociedade, que tende a pressionar para que haja mais êxito na gestão dos recursos públicos. Dentro deste contexto, a comunicação é fundamental para que haja legalidade e legitimidade nos processos de gestão pública nos municípios, sejam pelos agentes públicos contratados ou eleitos pelo poder do voto. (Moraes, 2013)

Ainda segundo Moraes (2013), neste sentido, os gestores públicos municipais são obrigados, inclusive por força de lei federal, a fazerem utilização da Internet.

Importante destacar o crescimento mundial deste veículo nas últimas décadas e, neste sentido, como exemplo do amplo acesso aos meios digitais, de acordo com matéria divulgada pelo Jornal Digital (2024), por meio da agência MeltWater e a Meltwater (empresa de programas de computador), o Brasil é um dos maiores consumidores de mídias sociais do mundo. Dados de 2024, mostram que existem 144 milhões de brasileiros com contas em mídias digitais, o que equivale a 66,3% da população e 2 milhões de pessoas a mais, comparado a 2023. Quando o dado é acesso à Internet, o número é de 187,9 milhões de conexões, o que significa que 87% da população têm acesso a este meio. Quanto aos dispositivos móveis conectados, o total é 210,3 milhões de usuários, chegando a 97% da sociedade brasileira.

Neste vasto mundo midiático, fortemente alavancado pela rede mundial de computadores - Internet, aplicativos, redes sociais on-line, websites e pela

portabilidade de sinal nos diversos tipos de equipamentos, é natural que a democracia, a participação social, o controle social sobre o Estado, a accountability e a informação tendem a ser valorizadas. Mas, dado ao grande volume de acesso às tecnologias, esta pesquisa tem como ponto central investigar como as Prefeituras Municipais têm utilizado seus websites institucionais como mecanismo de promoção da democracia em seus pilares de transparência de contas e de políticas públicas.

Neste sentido, a presente dissertação de mestrado é o produto de uma pesquisa que teve como objetivo discutir como os websites têm utilizado recursos comunicacionais para promover o conhecimento, formação de opinião, participação popular e engajamento cívico.

Desta forma, a partir da densa teoria apresentada por um estado de arte histórico e do preâmbulo social brasileiro que conduz ao problema desta pesquisa, e com a consciência de que a produção sobre novas literaturas em relação ao assunto abordado é uma realidade, os objetivos específicos visam estudar o campo de convergência entre as teorias da comunicação e da democracia, circunscrever ao estudo as leis de responsabilidade fiscal de transparência nas contas públicas, dispôr sobre a importância da efetividade da comunicação pública e digital e relacionar as práticas de comunicação nos sites oficiais de Prefeituras Municipais, à luz das leis de responsabilidade fiscal de transparência das contas públicas. A finalidade é verificar se os websites oficiais municipais estão atualizados, fornecendo informação clara para seus usuários, trazendo à tona a importância do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e por fim, sugerir uma padronização que contribua para um condicionamento e melhor aproveitamento dos conteúdos disponibilizados para a toda a população.

A metodologia adotada para a construção de respostas, será apresentada em capítulo à parte e certamente não foi possível utilizar apenas uma ou duas técnicas de investigação dada a complexidade do tema em estudo. Em campo, aliás de modo intensamente imerso nos websites oficiais, estudou-se as prefeituras das três capitais mais populosas do Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, que são as maiores arrecadações fiscais do Brasil, o que vai de encontro ao propósito desta pesquisa que tem como foco a análise de como as prefeituras têm prestado contas à

população de forma transparente, a fim de promover a conscientização e a participação popular. Assim, estima-se que esta comunicação de pesquisa, sob o formato de dissertação, possa auxiliar nos estudos de outros grupos e também, estando acessível, contribuir para que as pessoas que compõem a democracia brasileira possam compreender o campo de convergência entre a comunicação e a gestão pública municipal.

A dissertação está organizada em capítulos e, dentro destes, tem-se as seções que trazem e especificam informações e resultados dos estudos realizados, sejam estes de ordem teórica ou de buscas efetuadas por meio da Wide World Web.

O Capítulo 1 é este, intitulado "Introdução e Justificativa" e que apresenta-se organizado pelas sessões de apresentação da pesquisa, cuja responsabilidade é de aproximar o leitor do macro campo ao caso da nação e municipalidades brasileiras e do alargamento temporal histórico para o recorte do tempo mais atual, onde as preocupações e sociabilidade são mais convergentes com as inquietudes democráticas contemporâneas e com a convergência midiática que se vê disponível e que impacta o modo de se fazer comunicação da gestão pública e das políticas públicas em específico.

Já o Capítulo 2 resgata toda a uma parte da envergadura teórica que sustenta os campos da democracia e também da comunicação. Suas seções estão organizadas em subitens que dialogam com estes dois macrotemas que são centrais à pesquisa realizada e a esta comunicação científica em forma de dissertação.

O Capítulo 3 apresenta o método da ação científica realizada, intitulado "Metodologia". Este capítulo parte da natureza da pesquisa e de suas abordagens, e apresenta a estratégia tomada como técnica central, além de detalhar as técnicas de coleta e de análise ou interpretação das evidências científicas. Também traz uma apresentação histórica, política e socioeconômica dos três municípios estudados, de modo a melhor situar o leitor do trabalho final acerca do recorte espacial.

Já o Capítulo 4 traz as informações coletadas e o trabalho de compreensão de suas informações, especialmente no tocante à sustentação de respostas para o problema e de concatenação dos objetivos específicos. Este capítulo é chamado de "Análise e Interpretação das Evidências Científicas".

E, por fim, o Capítulo 5 é aquele onde são apresentadas as considerações finais e as respostas obtidas para as questões e problemas postos, de forma que os estudos indicaram avanços expressivos na disponibilização de informações públicas por meio das plataformas digitais. Porém, ainda persistem lacunas estruturais, técnicas e comunicacionais que limitam o exercício pleno da transparência e, consequentemente, o fortalecimento da democracia participativa.

Prudente relatar que sou servidora pública municipal e esta pesquisa vai de encontro às dificuldades enfrentadas, diariamente, no acesso à informação sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Dessa forma, essa pesquisa pode ganhar amplitude, somada a estudiosos da área, para que regulamentações de melhorias surjam nessa área.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo tem como propósito sustentar conceitualmente a pesquisa, articulando os principais eixos temáticos que envolvem a democracia, a comunicação pública e a transparência na gestão municipal.

A fundamentação teórica inicia-se com a discussão sobre a democracia e suas condições estruturantes, apoiada em autores como Dahl (2001; 2016), Bobbio (2000) e Habermas (1984). A democracia é compreendida como um processo dinâmico, sustentado pela participação social e pelo acesso à informação. Nesse contexto, a comunicação é destacada como elemento central para o fortalecimento do regime democrático, por possibilitar o diálogo entre Estado e sociedade e por sustentar o exercício da cidadania e da *accountability*.

Na sequência, são abordados a Lei de Responsabilidade Fiscal e os fundamentos da *accountability*, evidenciando sua importância para a transparência e o controle social das ações governamentais. A análise demonstra a transição da democracia direta para a participativa, impulsionada pela necessidade de novos instrumentos de envolvimento cívico e de prestação de contas compreensível e acessível à população.

O terceiro eixo discute a convergência entre comunicação, tecnologia e participação popular, com base em Jenkins (2018), Hjarvard (2012) e Lemos (2008). Observa-se que a expansão das mídias digitais e o processo de midiatização transformaram os fluxos de informação, criando novas formas de interação entre governos e cidadãos. Nesse cenário, os websites institucionais podem assumir função estratégica como canais de transparência, interatividade e engajamento democrático.

Por fim, o capítulo demonstra que a comunicação pública, quando orientada pela clareza, acessibilidade e interatividade, consolida os pilares democráticos, fortalece a confiança nas instituições e estimula uma cultura de participação informada. A fundamentação teórica estabelece, assim, o alicerce conceitual para a análise empírica desenvolvida nos capítulos seguintes, permitindo compreender o

papel da comunicação digital na efetivação da democracia e na promoção da transparência municipal.

2.1 A importância da democracia, suas condições estruturantes e desafios das gestões públicas

A democracia é estudada há mais de 2.500 anos, e sua história é evidenciada por altos e baixos em gestões que adotaram este modelo, e mais gravemente, por falhas que custaram sua permanência em diversos países. Mas, ela ainda é a forma mais desejável de governo em todo o mundo, e muito quista de acordo com estudiosos, porque contribui para a não proliferação de governos autocráticos cruéis e perversos, garante direitos fundamentais aos cidadãos e assegura a liberdade individual (Bobbio, 2000).

Mas, afinal o que é democracia, o que ela significa e quais os critérios utilizados para determinar se um governo cumpre com seu papel democrático?

Para uma democracia existir de fato, precisa garantir conceitos básicos às pessoas como: leis aplicadas de forma justa e equitativa para todos, ter instituições fortalecidas para garantir a separação de poderes e a proteção dos direitos individuais, população passiva, existência de organizações não governamentais, grupos comunitários e movimentos sociais, apoiar a diversidade e garantir inclusão, além de ter uma economia equilibrada, o que contribui para a não existência de conflitos (Dahl, 2010).

Porém, de acordo com Dahl (2023, p.41), o fato de existirem organizações, grupos e instituições que contribuam para validar o modelo democrático, isso não é suficiente para adquirir uma democracia perfeita, uma vez que “em todos os países democráticos há uma grande lacuna entre a democracia real e a democracia ideal. Essa lacuna oferece uma dificuldade: poderíamos encontrar maneiras de tornar os países democráticos mais democráticos?”

Tal questionamento passa a ser um desafio constante das gestões públicas atuais, pois para manterem os alicerces da democracia sólidos precisam buscar meios de ampliar o engajamento cívico da população. Nesse caminho, o uso variado

das formas de acesso à informação pode ganhar força. Além disso, a legitimidade de um Estado democrático depende da relação de decisões políticas com a sociedade civil.

Mas, para que a sociedade esteja respaldada por leis em suas vontades e opiniões, é necessário que haja expressão constante de suas demandas. Ou seja, "um público não é uma mera aglutinação de indivíduos, mas uma reunião de pessoas privadas, isto é, livre, capazes de apresentar posições discursivamente, de transformá-las em argumentos e de confrontar-se com a opinião dos outros numa discussão protegida da intromissão de elementos não racionais e não argumentativos" (Gomes; Maia, 2008, p.39). Só assim é possível construir uma opinião pública relevante, pois dessa maneira passam a ser criados caminhos para a normatização de tais vontades/ argumentos.

Essa forma de agir entre população, governo, iniciativa privada e meios de comunicação é tratada como esfera, e pode ser subdividida em classes: pública, política e privada.

O filósofo e sociólogo alemão, *Jürgen Habermas*, afirma numa visão mais pessimista, que a esfera pública moderna, que norteia as bases de governos democráticos consistentes, se degradou. "Pouco a pouco foram sendo introduzidas mudanças na sociedade que, sempre segundo Habermas, solaparam as bases originais da esfera pública, alterando-a substancialmente, ainda que a conservando como um ideal" (Gomes, 2008, p. 46). Para ele, hoje existe uma pseudo-esfera pública, dominada pela comunicação e cultura de massas. Habermas (1984, p.188) observa que:

Sem uma esfera privada protetora e sustentadora, o indivíduo cai na torrente da esfera pública, que, no entanto, passa a ser desnaturada exatamente por meio desse processo. Desaparecendo o momento da distância constitutiva da esfera pública, se os membros dela ficam ombro a ombro, então o público se transforma em massa.

No entanto, esse diagnóstico não muito otimista, feito há 45 anos sobre o desmanche da participação popular em ações sociais e políticas não previa o alcance dos meios de comunicação atuais, bem como a capacidade gerada por eles em termos de acessibilidade, discutibilidade e racionalidade, como é o caso da

Internet. Prudente destacar que acessibilidade e discutibilidade podem ser vistos como uma realidade, independente da qualidade do conteúdo consumido, digerido e disseminado. Já a racionalidade, necessita de estudos mais aprofundados, em função do fanatismo e discurso de ódio que passaram a fazer parte da rotina do universo on-line.

Então, ao se considerar o acesso digital como um fato, “no geral, a esfera pública vem pintada com tintas nobres ao ser colocada como espaço social gerado pelo agir comunicativo. E ao ser apresentada como implicação pragmática da interação sociolinguística, ela deixa de ser algo circunstancial ou acidental, para tornar-se uma dimensão essencial (pragmática) da vida social: onde houver fala, aí haverá esfera pública” (Gomes, 2008, p. 91).

Atrelada ao conceito de esfera pública, a democracia converge com a participação social, os meios de comunicação e a accountability para se manter fortalecida. Para isso, convém detalhar que uma democracia em larga escala exige bases estruturantes como: funcionários eleitos, eleições livres, justas e frequentes, liberdade de expressão, fontes de informação diversificadas, autonomia para as associações e cidadania inclusiva.

Todas estas características democráticas foram surgindo e se consolidando atreladas a mudanças sociais e avanço técnico dos meios de comunicação. No século XX, o telefone, rádio, televisão, fax, TV interativa e, principalmente, a Internet permitiram mais acesso por parte da população. “Da perspectiva de uma revisão de literatura, é pelo menos digno de menção o fato de que o grosso da publicação que mais fortemente denunciava a crise da comunicação política, no final dos anos 80 e primeira metade dos 90, coincide com a fase de maior encantamento com o advento dos novos meios de massa; advento saudado como o renascimento das possibilidades democráticas” (Maia, 2008, p. 302). Neste contexto, a Internet e os computadores passaram a ser vistos como uma esperança do renascimento das redes cívicas.

No Brasil, o convívio com aspectos democráticos e acesso aos meios de comunicação pode ser considerado algo novo, comparado à sua democracia recente. Para chegar ao modelo de governo atual, o país passou por várias fases.

Entre 1889 e 1894, período inicial da República, o Brasil foi dominado por militares, chegando à “política do café com leite”, em 1930. Na Era Vargas, em 1934, veio a primeira Constituição, que trouxe o voto secreto, o voto feminino, ensino primário obrigatório e leis trabalhistas. Até que em 1937, veio um golpe de Estado e o país voltou a viver sobre a ditadura. Após Vargas, ocorreu a gestão de Juscelino Kubitschek, em 1955, por meio de regime parlamentar.

Em seguida, 1960, Jânio Quadros governou e renunciou, dando lugar a seu vice João Goulart, que em 1963, tentou implementar o presidencialismo via plebiscito. Mas, no ano seguinte, eclodiu o golpe militar, trazendo a repressão política, censura cultural e falta de liberdade de expressão, que se agravou com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), implantando a ditadura absoluta no Brasil.

Em 1974, os militares sofreram derrota nas eleições legislativas, foi restabelecido o pluripartidarismo e, em 1979, foi criada a Lei da Anistia, que permitiu o retorno dos exilados políticos. A democracia ainda não veio em 1984, com o clamor público por “Diretas Já”. Tancredo Neves, no ano de 1985, foi o último presidente eleito de forma indireta. Após sua morte, assumiu seu vice, José Sarney, quando veio a nova Constituição em 1988, que instituiu eleições majoritárias e o fim da censura.

A primeira eleição direta brasileira aconteceu em 1989, quando foi eleito Fernando Collor de Mello, que em função de escândalos econômicos de sua gestão, sofreu impeachment em 1992, assumindo seu vice, Itamar Franco. Depois disso, veio Fernando Henrique Cardoso, reeleito em 1998, seguido por Luís Inácio Lula da Silva, também reeleito em 2006. Na sequência, Dilma Rousseff foi eleita e teve quase dois mandatos, pois sofreu impeachment, sendo sucedida por seu vice, Michel Temer. Em 2020, Jair Bolsonaro venceu as eleições, mas perdeu a reeleição para o atual presidente, Luís Inácio Lula da Silva.

Durante todo esse cronograma político vivenciado pelos brasileiros, no cenário social e econômico podem ser observadas mudanças consideráveis. Um exemplo que pode ser mencionado como um possível marco para o acesso à informação foi a implantação do Plano Real, em 1994, que completou trinta anos em julho de 2024. A estabilidade da moeda e o controle da hiperinflação contribuíram

para aumentar o poder de compra da população, e as classes C, D e E passaram a ter acesso a linhas de crédito.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, entre 2003 e 2008, como reflexo do Real, mais de 32 milhões de brasileiros ascenderam à classe média. Em 2011, os brasileiros de classe média correspondiam a 54% da população. Essa melhoria no perfil econômico pode ter contribuído para o surgimento de mudanças sociais e nos hábitos de consumo. De acordo com o Jornal Folha de São Paulo em matéria publicada no Caderno Mais!, em 1996, com a chegada do Real, mais de 20 milhões de brasileiros compraram seu primeiro televisor colorido, e programas de TV se tornaram uma das principais formas de entretenimento. Surgiram programas popularescos, de auditório e telejornais sensacionalistas com o objetivo de promover um senso de identificação e pertencimento aos telespectadores. O controle remoto passou a permitir "zapear", termo bastante difundido na época, pelos meios de comunicação. E para atrair audiência e não perder público para a concorrência, os cenários dos tele programas passaram a ficar mais coloridos e chamativos.

Os conteúdos dos programas eram apelativos, mostravam histórias de superação de personagens e mexiam com o emocional dos telespectadores. Os telejornais lançaram os "Disk Denúncias", como forma de interação, e os programas de auditório, os testes de DNA. Tudo era feito para tentar gerar identificação entre as classes emergentes e os conteúdos produzidos.

Tais comportamentos podem ser melhor decodificados, quando atrelados à sociedade de consumo, com as teorias de Zygmunt Bauman, Pierre Bourdieu e Jean Baudrillard, tendo como objetivo estudar o perfil sociocultural da sociedade.

Bourdieu usa o termo "habitus" para estudar padrões, escolhas e estilos de vida da sociedade. Para ele, gosto e costumes são aprendidos por meio de um processo educativo, desde o nascimento do ser humano. É a cultura consumida desde cedo, o que a burguesia emergente não tem em seu histórico pessoal.

Essa mistura de gêneros, essa confusão de ordens, essa espécie de bricabraque onde se alinham os produtos legítimos 'fáceis ou ultrapassados', fora da moda, desclassificados, portanto,

desvalorizados – posto que um símbolo de distinção apropriado com atraso perde tudo o que faz seu valor distintivo – e os produtos ‘médios’ – do campo de produção em massa, é a imagem objetivada de uma cultura pequeno-burguesa (Bourdieu, 1983, p.112).

Baudrillard (1996) já considerava que o consumo difere uma classe social de outra, e destaca valores de prestígio e merecimento quando uma pessoa alcança uma melhoria social. Ou seja, o habitus não importa, mas sim o potencial de consumo. Seria o “progresso capitalista”:

Podemos certamente, num primeiro tempo, considerar os objetos em si próprios e a sua soma como índice de pertença social, mas é muito mais importante considerá-los, na sua escolha, organização e prática, como o suporte de uma estrutura global do ambiente circundante, que é simultaneamente uma estrutura ativa de comportamento (Baudrillard, 1996, p.17).

Por fim das citações, Bauman traz o conceito de “modernidade líquida”. Assim, tudo que consumimos hoje, já é renovado no dia seguinte. Esse prazo de validade afeta os valores pessoais, a cultura, a arte, o comportamento e a forma de consumo.

O ritmo vertiginoso da mudança desvaloriza tudo o que possa ser desejável e desejado hoje, assinalando-o desde o início como o lixo de amanhã, enquanto o medo do próprio desgaste que emerge da experiência existencial do ritmo estonteante da mudança instiga os desejos a serem mais ávidos, e a mudança, mais rapidamente desejada[...] (Bauman, 1996, p.135).

Ao analisar o comportamento atual da sociedade de consumo pode ser possível observar o quanto os comportamentos influenciam nos conteúdos consumidos, fundamentais para a manutenção da democracia, pois o capitalismo de mercado tende a favorecer relações sociais e políticas. “Ele cria um grande estrato intermediário de proprietários que normalmente buscam a educação, autonomia, a liberdade pessoal, direitos de propriedade, a regra da lei e a participação no governo” (Dahl, 2023, p. 185).

Para engajar e comunicar essa variedade de perfis socioeconômicos desenvolvidos nas últimas décadas, os governos passam a ter o desafio de

implantar formas criativas e claras de informação, não esquecendo de cumprir a accountability e a Lei de Responsabilidade Fiscal, que primam pela verdade, transparência, prestação de contas e responsabilidade sobre seus atos. Até porque, de acordo com documento publicado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - ALESP (2025) após o século XX, os governantes não conseguem mais identificar e criar soluções para a demanda da população. Uma possível primeira explicação para isso pode ser porque a globalização enfraqueceu o poder dos Estados. Já o segundo motivo seria porque a sociedade está mais organizada para cobrar os governos em todas as instâncias. Isso evidencia a necessidade de construir websites oficiais isentos de desinformação e passíveis de regulamentação, com comunicação facilitada e intuitiva para gerar interatividade e engajamento entre a gestão pública e a população.

2.2. Lei de Responsabilidade Fiscal, accountability e as mudanças da democracia direta para a participativa

A presença de tecnologias na comunicação e a ampliação do acesso aos novos meios causaram mudanças sociais importantes, a ponto de não bastar ter uma democracia direta. Esse novo comportamento social tem apresentado a necessidade de uma democracia participativa, onde existem os representantes eleitos, mas também uma sociedade que seja considerada peça fundamental em ambientes decisórios (Gomes, 2004).

Em 2000, a Organização das Nações Unidas (ONU) trouxe no relatório de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) a importância de se entender a “nova” democracia. No texto, fica explícito que eleições diretas, liberdade de imprensa e formação de organizações, por exemplo, são conceitos básicos e antigos da democracia. Ou seja, para engajar a população é preciso criar cenários oportunos para incentivar debates cívicos que culminem com regulamentações das ideias amplamente discutidas. Essa seria uma forma de horizontalizar o poder, para que “o reconhecimento da pluralidade como ponto de partida de um processo de busca de

princípios e interesses comuns, em torno dos quais a articulação de diferenças abra caminho para a configuração do interesse público” (Maia, 2008, p. 182).

Entre as décadas de 1980 e 1990, o Brasil passou pela consolidação do regime democrático e estabilização monetária. Para contextualizar, antes do Plano Real, o país teve outros seis: Cruzado, Cruzado Novo, Bresser, Verão, Collor e Collor II.

Enquanto o Brasil buscava a estabilidade econômica, seus gestores firmavam acordos, principalmente, externos com o objetivo de inserir o país no mercado internacional. Mas, a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) adverte que a falta de planejamento e transparência das ações governamentais resultaram em uma fragilidade institucional. Diante dessa situação, foi necessário adotar um conjunto de medidas para equilibrar e dar transparência às contas públicas. Neste contexto, foi feito um projeto de lei com revisões multidisciplinares, efetiva participação popular e aprovado com grande maioria no Congresso Nacional. Assim, foi promulgada a Lei Complementar Federal nº 101, de 05 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Além de inibir transgressões políticas e dar transparência às gestões, a LRF veio somar com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que foi implantada na Constituição de 1988. Ela tem como objetivo elencar e contabilizar os orçamentos necessários por determinada gestão para o ano seguinte. Essa ação assegura o cumprimento de demandas por meio do Plano Plurianual (PPA), que é feito pelo poder executivo. No caso das Prefeituras Municipais que são o foco desta pesquisa, os prefeitos eleitos apresentam para a Câmara Municipal, os gastos estimados, por áreas, para os próximos quatro anos, com base em seus planos de governo. Para compor a tríade, tem a Lei Orçamentária Anual (LOA), fundamental para garantir a LDO e o PPA, pois é ela que detalha as receitas e despesas do município, dando segurança para a realização de propostas para o ano seguinte. Para vigorar, ela precisa do aval dos vereadores (Moraes, 2013).

A LRF será considerada não cumprida, quando houver infração administrativa contra as leis de finanças públicas, de acordo com a lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, que altera o Decreto - Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de

1940 – Código Penal, a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950 e o Decreto - Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, seu artigo 5º. Sendo assim, é proibido:

I – deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em lei;

II – propor lei de diretrizes orçamentárias anual que não contenha as metas fiscais na forma da lei;

III – deixar de expedir ato determinando limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidos em lei;

IV – deixar de ordenar ou de promover, na forma e nos prazos da lei, a execução de medida para a redução do montante da despesa total com pessoal que houver excedido a repartição por poder do limite máximo.

§ 1º A infração prevista neste artigo é punida com multa de trinta por cento dos vencimentos anuais do agente que lhe der causa, sendo o pagamento da multa de sua responsabilidade pessoal.

§ 2º A infração a que se refere este artigo será processada e julgada pelo Tribunal de Contas a que competir a fiscalização contábil, financeira e orçamentária da pessoa jurídica de direito público envolvida.

Também estará passível de cometimento de crime o gestor que não seguir a lei em seu último ano de mandato. De acordo com a LRF (2000) não é permitido:

I. realizar operações de crédito por antecipação da receita – ARO (LRF, art. 38, IV, “b”);

II. editar ato que resulte no aumento da despesa com pessoal nos últimos 180 dias do mandato (LRF, art. 21, II);

III. editar ato que resulte no aumento da despesa com pessoal e preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato (LRF, art. 21, III);

IV. aprovar, editar ou sancionar norma legal contendo plano de alteração, reajuste e reestruturação de carreiras, ou ainda atos de nomeação de aprovados em concurso público que resultem no aumento de despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato ou que prevejam parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato (LRF, art. 21, IV, “a” e “b”);

V. receber transferências voluntárias: obter garantia direta ou indireta, de outro Ente da Federação, e contratar operações de crédito, caso a despesa total com pessoal exceda o limite fixado no primeiro quadrimestre do ano (LRF, art. 23, § 4º);

VI. contrair obrigação de despesa que não possa ser paga no exercício, a não ser que haja disponibilidade de caixa suficiente para o seu pagamento (Brasil, 2000, art. 42).

Porém, mesmo com leis para garantir o acompanhamento das ações orçamentárias das gestões, nem todos os 5.568 municípios brasileiros estão em conformidade com elas e a população tende a não se atentar para os problemas que uma má administração de recursos pode gerar para um município, pois os canais oficiais tendem a não dar ênfase para problemas relacionados à LRF.

De acordo com o Conselho Nacional de Municípios - CNM (2025, p. 01), dos 26 Estados brasileiros, 19 acumulam déficits fiscais de 2024. Isso quer dizer, que até o momento, 51% das cidades brasileiras estão no vermelho e já no final de 2023, apresentavam dívidas de R\$17 bilhões de reais.

A deterioração fiscal dos Municípios chegou ao pior cenário da história, segundo mostra um novo estudo da Confederação Nacional de Municípios (CNM). Os números parciais do encerramento de exercício apontam 54% no vermelho e déficit de R\$ 33 bilhões. Descalabro motivado, principalmente, pela crescente necessidade de pessoal para prestação de serviços. Despesas de custeio, contratações de prestadores de serviços, locação de mão-de-obra, despesas com o funcionalismo e – por último – investimentos em obras e instalações.

O órgão também chama a atenção para o crescimento constante das despesas em municípios de todos os portes, e principalmente, em relação às cidades mais populosas.

O volume de despesas têm crescido a frente das receitas, e o déficit passou de R\$ 0,4 bilhões para R\$ 5,8 bilhões, nos Municípios pequenos; de R\$ 2,2 bilhões para R\$ 8,4 bilhões, nos Municípios de médio porte; e de R\$ 12,7 bilhões para R\$ 18,5 bilhões nas grandes cidades. Ainda que a situação afete todos os portes de Municípios, os casos mais graves estão nas localidades populosas, com 65% de déficit; e nos pequenos Municípios, com 57% de déficit.

A transferência de responsabilidades dos governos federal e estadual às prefeituras têm contribuído para este cenário. O presidente do CNM alerta que entre 2020 e 2022, os gastos com funcionalismo público cresceu de 2,4% para 10,2%.

Com a Lei Complementar 173/ 2020 de enfrentamento à Covid, as despesas com contratação de pessoal e aumento salarial foram congeladas, e no período eram permitidas apenas reposições de pessoal. Nessa fase, até 2021, a

arrecadação fiscal superou os gastos e aumentou o volume de caixa nas prefeituras. Porém, após a pandemia, a contabilidade voltou a se desequilibrar.

Passada a vigência da lei, foi necessário reaparelhar a máquina pública, contratar servidores e revisar os contratos e as estruturas salariais. Por conta disso, do primeiro para o segundo semestre de 2022, os Municípios voltaram a se endividar, e o acúmulo registrado em caixa recuou 63% em um ano, passando de R\$ 112,5 bilhões para R\$ 41,7 bilhões. Os Municípios no vermelho explodiram de 8% para 34%.

Quadro 1: Resultado fiscal real dos Municípios por porte populacional:

2023 e 2024 (R\$ bilhões)

	Geral			Municípios pequenos			Municípios médios			Municípios grandes		
	2023	2024	%	2023	2024	%	2023	2024	%	2023	2024	%
Receita Primária	1.116,9	1.227,8	10%	338,1	375,7	11%	320,1	353,2	10%	458,6	498,9	9%
Despesa Primária	1.132,1	1.260,4	11%	338,5	381,4	13%	322,3	361,6	12%	471,3	517,4	10%
Resultado	-15,2	-32,6	-	-0,4	-5,8	-	-2,2	-8,4	-	-12,7	-18,5	-
Municípios em déficit	2.393	2.603	-	2.034	2.259	-	308	284	-	51	60	-
Municípios em déficit (%)	50%	54%	-	48%	54%	-	57%	53%	-	55%	65%	-

Fonte: Siconfi. Elaboração: CNM - 2024.

O quadro 1 demonstra uma tendência nacional de desequilíbrio fiscal, mais acentuada entre os municípios grandes, onde a estrutura administrativa e os compromissos de despesa são mais complexos. A ampliação simultânea de receita e despesa sem contenção orçamentária reflete baixa efetividade da gestão fiscal local e limitações na aplicação dos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Esses resultados reforçam a importância de mecanismos de comunicação pública e transparência ativa, como os websites institucionais analisados na dissertação, para que a população acompanhe a execução orçamentária e exerça controle social sobre o gasto público, contribuindo para a *accountability* e o fortalecimento da democracia participativa.

Tabela 1: Despesa primária real dos Municípios em 2024 (R\$ bilhões)

UF	Municípios da amostra	Municípios em déficit (%)	Receitas Primárias	Despesas Primárias	Resultado Primário	UF	Municípios da amostra	Municípios em déficit (%)	Receitas Primárias	Despesas Primárias	Resultado Primário
AC	17	47%	4,0	4,2	-0,2	PE	176	37%	44,3	44,4	-0,1
AL	56	71%	15,9	16,2	-0,2	PI	176	59%	17,2	17,8	-0,5
AM	36	89%	17,5	18,4	-0,9	PR	333	46%	70,3	70,3	0,1
AP	4	100%	2,6	2,9	-0,2	RJ	74	70%	111,7	115,9	-4,3
BA	344	58%	68,4	71,6	-3,2	RN	159	52%	18,1	18,4	-0,4
CE	181	44%	48,2	48,5	-0,2	RO	50	42%	9,6	9,8	-0,1
ES	73	68%	24,8	26,3	-1,6	RR	13	46%	4,1	3,9	0,2
GO	196	53%	37,7	37,8	0,0	RS	475	44%	74,8	73,8	1,0
MA	200	59%	34,8	34,6	0,2	SC	266	42%	52,7	52,0	0,7
MS	77	60%	21,7	22,1	-0,4	SE	71	23%	12,6	12,2	0,4
MT	109	50%	21,6	21,2	0,4	SP	593	57%	332,0	348,6	-16,6
MG	751	68%	120,0	125,3	-5,4	TO	89	56%	8,0	7,9	0,1
PA	91	60%	33,2	34,2	-1,0	BR	4.825	54%	1.227,8	1.260,4	-32,6
PB	215	45%	22,1	22,3	-0,1						

Fonte: Siconfi. Elaboração: CNM - 2025.

Para 2025, as perspectivas da situação fiscal nos municípios de todos os portes tende a ser desafiadora:

Segundo dados prévios do 1º bimestre de 2025 enviados para a STN a partir de uma amostra de 1,8 mil Municípios, a situação fiscal nos últimos 12 meses totalizou um déficit de R\$ 16,3 bilhões até fevereiro deste ano, superior ao observado em 2024 (R\$ 12,1 bilhões) e inferior à situação observada em 2023 (superávit de R\$ 25,2 bilhões) CNM (2025, p. 15).

Caso os municípios se mantenham com avaliação negativa e não façam a adequação dos apontamentos do Tribunal de Contas dentro do prazo estipulado por lei, não publiquem seus relatórios de gestão fiscal a cada quatro meses e o balanço financeiro simplificado das finanças da Prefeitura a cada dois meses, os prefeitos estarão sujeitos à improbidade administrativa, pagamento de multas e às

penalidades de acordo com a LRF, também conhecidas como sanções. O Portal do Ministério da Economia explica que:

Há dois tipos de sanções, as institucionais, previstas na própria LRF, e as pessoais, previstas na lei ordinária que trata de Crimes de Responsabilidade Fiscal. Segundo a LRF, os Tribunais de Contas fiscalizarão o cumprimento de suas normas (Brasil, 2025d, p.02).

As sanções institucionais atingem, no caso desta pesquisa, as Prefeituras como um todo, por meio de problemas orçamentários que passam a comprometer repasses para convênios, recebimento de recursos estaduais e federais, geram dificuldade com o limite prudencial, que abrange folha de pagamento de servidores e futuras contratações. Já as sanções pessoais atingem diretamente os prefeitos que podem perder cargos, ficar inelegíveis, pagar multas e culminar até em prisões.

Dentro deste contexto de transparência pública, surgiu o termo “accountability”, que passou a ter mais expressividade a partir de 2008, e conta com três pilares: prestação de contas, avaliação e governança. Estas bases se subdividem em três tipos de *accountability*: horizontal, que é a gestão pública fiscalizando a si própria, vertical, onde a população avalia a administração e a societal, também exercida pela sociedade, mas por meio de organizações, associações e mídia.

Prudente esclarecer que dos municípios escolhidos para análise de seus websites oficiais nesta pesquisa, São Paulo e Rio de Janeiro têm suas fiscalizações de contas realizadas pelos Tribunais de Contas estaduais, já Brasília, de acordo com o artigo 32 da Constituição Federal de 1988, não pode ser dividida em municípios, sendo uma entidade federativa única. Sendo assim, suas contas não precisam ser aprovadas pela Câmara Municipal, mas o Tribunal de Contas avalia suas contas e orçamentos.

Para contribuir com uma democracia mais participativa e atender aos anseios da sociedade mais engajada politicamente e conscientizar o público em geral sobre a importância de contas públicas equilibradas, websites oficiais mais claros e padronizados visualmente podem contribuir para que comunicação pública seja mais acessada em suas fontes originais. “Os novos recursos da Internet podem

aprimorar o sistema de democracia representativa, aumentando o fluxo de informações provenientes do governo, tornando as autoridades mais responsivas" (Dahl, 2023, p. 185).

Nesse mesmo sentido, O'Donnell (1998) aprofunda a discussão ao destacar que a *accountability* constitui um dos pilares estruturantes da democracia, ao assegurar mecanismos institucionais de fiscalização e responsabilização dos agentes públicos por suas ações e decisões. Essa concepção complementa a perspectiva de Dahl ao enfatizar que a transparência não se resume ao acesso à informação, mas envolve também a capacidade de exigir justificativas e de promover a responsabilização efetiva - princípios igualmente previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, que impõe ao Estado a prestação contínua de contas à sociedade.

Ao trilhar os novos recursos proporcionados pelos meios de comunicação fundamentados na tecnologia da informação, a comunicação pública, em pleno século XXI, ainda tem como desafio fazer com que os orçamentos públicos sejam digeridos de forma proveitosa pela população.

2.3. Convergência entre a Comunicação e a Participação Popular em Ações Governamentais

Entre os séculos XIX e XX, com o advento da comunicação e a proliferação das mídias de massa como rádio, TV, cinema e jornais, surgiram pesquisas que questionavam a influência dos meios sobre as pessoas, e como o processo comunicativo era estruturado.

Entre 1920 e 1930, surgiu a Teoria da Agulha Hipodérmica, oriunda Escola de Chicago, que estudou a grande influência dos meios de comunicação sobre as massas que recebiam conteúdos como se fossem injetados subcutaneamente. Ela propunha que a mídia tivesse um efeito direto, imediato e poderoso sobre o público, sem que o receptor apresentasse resistência ou interpretasse a informação recebida.

Em 1948, o Modelo de Comunicação de Lasswell trouxe à tona as cinco perguntas básicas do Jornalismo usadas até hoje:

Quem? → o emissor da mensagem (indivíduo, instituição, governo, mídia).

Diz o quê? → o conteúdo da mensagem transmitida;

Por qual canal? → o meio utilizado;

Para quem? → o público ou receptor da mensagem;

Com que efeito? → o impacto da mensagem no receptor.

Porém, essa forma de comunicar não leva em conta a interatividade, nem a formação de opinião do receptor e a existência de ruídos que podem distorcer a mensagem passada.

Já o Modelo Matemático da Comunicação de Shannon e Weaver surgiu em 1949, e tinha como foco a eficiência da comunicação. Advinda da Tecnologia da Informação, ela testa canais como:

Fonte → quem gera a mensagem;

Transmissor → codifica e envia a mensagem pelo canal necessário;

Canal → meio que a mensagem é transmitida;

Receptor → recebe e decodifica a mensagem recebida;

Ruído → interferência que pode afetar a comunicação.

Com o Modelo de McCombs e Shaw, de 1972, foi possível conhecer a Agenda Setting, onde os meios de comunicação informam, mas pautam aquilo que a população pode ter interesse, atuando como um filtro e influenciando na percepção da realidade do público.

Outras escolas que consideram o senso crítico do receptor, também foram abordadas em estudos culturais britânicos como: Stuart Hall em "Encoding and Decoding in the Television Discourse", de 1973, que propõe que a comunicação não é um processo linear, mas sim um processo ativo e interpretativo, e Raymond Williams com "Culture and Society", de 1958, que procurou demonstrar que cultura, sociedade e poder estão relacionados.

Cada teoria citada tem forte influência no cenário atual das comunicações, independente de seus modelos estarem em uso, pois contribuíram para identificar a melhor maneira de informar com base nos cenários políticos, econômicos e sociais

de cada época, bem como compreender a influência cultural dos meios sobre os receptores. Nesse contexto, no Brasil, a morte de Tancredo Neves foi um exemplo forte de que as pessoas tendem a se engajar com notícias que fazem parte de sua rotina, e no caso citado, acompanhando os boletins diários do estado de saúde do presidente.

Dentro da mídia de massa ou sociedade dos meios, essas interações sociais sobre o que é divulgado, mostram como se materializam na esfera pública através da exploração de emoções, que culminam em ações coletivas.

Entre o fim do século XX e início do século XXI, as mídias passaram a fazer parte da rotina das pessoas e a sociedade dos meios passou a ser midiaticizada. A partir daí, todos passaram a ter oportunidades de ser emissores e receptores, com ajuda da Internet.

Com as novas Tecnologia da Informação e Comunicações - TICs, surge uma nova forma comunicacional de fluxos, onde emissor e receptor desempenham papel ativo e inter-relacionado no momento de informar. Fausto Neto (2008, p.93, *grifos do autor*) observa que:

Uma designação econômica para diferenciar sociedade dos meios da sociedade da midiaticização está no fato de que na primeira as mídias estariam a serviço de uma organização de um processo interacional e sobre o qual teriam uma autonomia relativa, face à existência dos demais campos. Na segunda, a cultura midiática se converte na referência sobre a qual a estrutura sócio-técnica-discursiva se estabelece, produzindo zonas de afetação em vários níveis da organização e da dinâmica da própria sociedade (Fausto Neto, 2008, p.93).

Para Hjarvard (2012, p.93), o conceito de midiaticização pode ser interpretado da seguinte forma:

Esse processo é caracterizado por uma dualidade em que os meios de comunicação passaram a estar integrados às operações de outras instituições sociais ao mesmo tempo em que também adquiriram o status de instituições sociais em pleno direito. Como consequência, a interação social – dentro das respectivas instituições, entre instituições e na sociedade em geral – acontece através dos meios de comunicação. O termo lógica da mídia

refere-se ao modus operandi institucional, estético e tecnológico dos meios, incluindo as maneiras pelas quais eles distribuem recursos materiais e simbólicos e funcionam com a ajuda de regras formais e informais (Hjarvard, 2012, p.93).

A troca das relações tecidas no ciberespaço é chamada de cibercultura. Para André Lemos, cibercultura é “a forma sociocultural que emerge da relação simbiótica entre a sociedade, a cultura e as novas tecnologias de base microeletrônica que surgiram com a convergência das telecomunicações e com a informática na década de 70” (Lemos, 2008, p. 11).

Essa polifonia em rede pode permitir as mais variadas formas de manifestações culturais, políticas e sociais. Neste cenário atual, as mídias convergem e ocorrem mudanças na forma de produzir e consumir os conteúdos. Para Jenkins (2018, p.27):

Por convergência refiro-me ao fluxo de conteúdos através de múltiplos suportes midiáticos, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam. Convergência é uma palavra que consegue definir transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais [...]

Com a evolução tecnológica dos meios de comunicação, suas convergências, acessos e maior fluxo na geração de conteúdos com milhares de emissores-receptores, a informação pode ser disseminada em larga escala e tecer laços de confiança entre governança e esfera pública. Mas, nesse contexto surge uma grande vilã: a desinformação.

Em 2016, a grande quantidade de notícias não verdadeiras chamou a atenção da revista semanal britânica *The Economist*, que publicou a matéria “A arte da mentira: a política da pós-verdade na era das redes sociais”. O objetivo era mostrar a agilidade da proliferação de uma informação falsa nas mídias sociais (Bucci, 2022, p.06).

Dois meses depois dessa capa, o termo “pós-verdade” foi declarado “a palavra do ano” pelo Dicionário Oxford. Em inglês, “post-truth” é

um adjetivo que “qualifica um ambiente em que os fatos objetivos têm menos peso do que apelos emocionais ou crenças pessoais em formar a opinião pública” (Bucci, 2022, p. 06).

Depois disso, surgiu o termo “desinformação”, popularmente chamado de “fake news”. Ele vem com objetivo oposto à razão, ou seja, chega para confundir, anestesiar e desinformar. “Desinformação é uma informação falsa e a pessoa que a divulga sabe que é falsa. É uma mentira intencional e deliberada, e resulta em usuários sendo ativamente desinformados por pessoas maliciosas” (Wardle, 2019, p. 47-48). Quem pode sofrer com isso? A democracia, pois as gestões passam a ter a necessidade de usar todos os recursos existentes para estabelecer um contato assertivo e de transparência com a população, tanto para divulgar políticas públicas quanto para seguir as diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesse caso, website oficiais tendem a ser um canal de comunicação regulamentado em termos de divulgação da LRF para evitar a desinformação.

Complementando a informação, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que 87,2% dos brasileiros com mais de 10 anos tinham acesso à Internet em 2022.

Se antes do avanço tecnológico, transformações políticas, econômicas, sociais, convergência das mídias e hipermediação, o acesso aos meios de comunicação era tido como uma eventual barreira entre as esferas pública e política, agora o cenário apresenta mudanças. Dessa forma, a população passa a ter condições de fiscalizar as gestões, cobrar transparência com base na Lei de Responsabilidade Fiscal e denunciar, caso ela esteja em descumprimento.

Prudente destacar que o Brasil é um dos maiores consumidores de mídias do mundo, de acordo com publicação do Jornal Digital (2024), chegando a passar 09 horas e 13 minutos por dia na Internet. Com base nesta informação, uma comunicação atrativa, efetiva, atenta à Lei de Responsabilidade Fiscal e à participação popular nos websites das Prefeituras, pode se beneficiar da audiência deste tempo que os usuários passam na *World Wide Web*.

Destaca-se que com “o fim da ditadura militar, depois de mais de duas décadas, deu origem à liberdade política, de imprensa, da participação popular, ao

estabelecimento dos direitos do consumidor e a uma nova Constituição" (Duarte, 2011, p. 123). Mas, de acordo com o autor, a população ainda não adquiriu o sentimento que a informação é passada de forma plena e isenta de interferências políticas, o que pode contribuir para um afastamento entre a sociedade e a comunicação pública, de fato. "Mais do que simples desinteresse do indivíduo em ser sujeito da ação, muitas vezes, a apatia e a falta de informação política são resultado do cruzamento entre desinformação, falta de oportunidades de participação e descrédito com a gestão pública" (Duarte, 2011, p. 125).

A falta de uma comunicação isenta de interesses políticos e com foco no bem-estar social também é relatada por Madureira e Célio Marques (2016), que comentam que "Não é possível aproximar os cidadãos, melhorar a sua perspectiva sobre as instituições e integrá-los no processo de mudança sem um plano de comunicação bem delineado, fundamentado e coerente para que produza os resultados desejados" (Madureira; Marques, 2016, p. 43).

Tais resultados podem vir acompanhados de um plano de comunicação regulamentado, a fim de fazer com que os websites oficiais tragam informações reais, no caso, sobre as leis de responsabilidade fiscal, com indicadores do status atual de cada município, com alertas visuais em cores, como por exemplo: verde, amarelo e vermelho, indicando o quanto cada cidade está com o orçamento em risco, acessos fáceis não ultrapassando dois cliques até chegar na informação procurada e destaque sobre o assunto na página principal do website. Estas são apenas algumas sugestões para uma comunicação pública que favoreçam o pertencimento e engajamento público. Outras formas de melhorar os conteúdos oficiais serão abordadas na pesquisa realizada.

Rolando (2011) faz uso da metáfora para explicar a comunicação pública. Citando um prédio de sete andares, o piso térreo é a comunicação anagráfica, que explica suas próprias competências; o primeiro andar tem como foco serviços pontuais e normatizações; o segundo é alicerçado por campanhas publicitárias; o terceiro andar comporta setores especializados; o quarto andar engloba instituições e a mídia; o quinto andar abriga o debate público que pode lembrar princípios da *accountability*; e o sexto andar é construído a partir do patrimônio simbólico e do

contexto cultural. Todos os andares citados pelo autor são fundamentais para a manutenção da democracia, no entanto, a forma como cada um deles é construído, pode influenciar o modo como a população participa de cada gestão. No caso do segundo andar, por exemplo, as campanhas publicitárias dão luz às ações de cada governo, porém, é necessário que algo seja feito para atrair o acesso da população à Lei de Responsabilidade Fiscal nos websites oficiais. A partir do momento que gestão e comunicação pública passarem a conscientizar as pessoas sobre a importância de orçamentos públicos equilibrados, riscos de impedimentos de recebimentos de recursos e travamento da máquina quando as contas estão no vermelho, a população terá ferramentas e conteúdos necessários para cobrar ações corretivas dos governos, realizar denúncias sobre irregularidades e se sentir parte dos pilares democráticos em todas as esferas. Estas informações podem ser reverberadas por meio da convergência de mídias levando ao canal oficial on-line, no caso websites, de cada município.

A partir do conteúdo exposto, esta pesquisa segue para a metodologia que tem como propósito analisar e interpretar como o campo de convergência entre as teorias da comunicação, comunicação pública, Lei da Responsabilidade Fiscal e a Accountability podem ser elementos norteadores para que os websites oficiais municipais promovam a democracia em seus pilares de transparência de contas e políticas públicas.

Diante das teorias apresentadas — especialmente os conceitos de comunicação pública (Duarte, 2011; Bucci, 2022), democracia deliberativa (Habermas, 1984) e *accountability* O'Donnell (1998) estruturaram-se as categorias analíticas que orientam a análise dos websites institucionais. Essas categorias foram definidas de modo a operacionalizar empiricamente os princípios de transparência, participação e clareza comunicacional defendidos por esses autores. Assim, os critérios de acessibilidade e linguagem amigável, educação fiscal e identidade visual derivam, respectivamente, das noções de comunicação inclusiva, prestação de contas compreensível e visibilidade institucional como prática democrática.

3. METODOLOGIA

Para a elucidação da questão central posta e em respeito à fundamentação teórica que aponta a densidade de trabalhos já desenvolvidos nesta seara, mas considerando o tempo finito e bastante curto para o desenvolvimento de uma pesquisa de mestrado, optou-se por uma trilha metodológica que é apresentada neste capítulo.

3.1 Estratégia metodológica

A abordagem qualitativa foi escolhida para a convergência da pesquisa, uma vez que é central em metodologias que visam compreender em profundidade os fenômenos estudados, especialmente nas áreas de humanas, sociais e sociais aplicadas. O foco da convergência proposta pela abordagem qualitativa é importante para investigações estabelecidas, para além dos elementos e searas mais subjetivas, aquelas estruturadas dentro das relações sociais humanas.

Martins e Theóphilo (2009) destacam que:

Lazarsfield, investigador que deu início às avaliações qualitativas, identifica três situações onde se presta atenção particular a indicadores qualitativos: (a) situações nas quais a evidência qualitativa substitui a simples informação estatística relacionada a épocas passadas; (b) para capturar dados psicológicos e (c) para descobrir e compreender a complexidade e a interação de elementos relacionados ao objeto de estudo (Martins; Theóphilo, 2009, p. 140).

Assim, esta pesquisa, por articular conceitos teóricos das complexas áreas da comunicação e da democracia, se reveste da terceira aplicação dada por Lazarsfield, que reforça-se pela perspectiva que os números e gráficos seriam insuficientes para o estudo de aplicações das tecnologias da informação sobre a gestão de políticas públicas dentro do ambiente democrático do recorte nacional em estudo.

Lucke e André (1986) destacam que tanto na aplicação das técnicas de coleta de evidências científicas quanto na organização e tratamento dos dados, a abordagem qualitativa se apresenta como diferenciada para a busca de informações e respostas que facilmente fugiram aos números, gráficos e percentis que estruturam os estudos em abordagem quantitativa.

Contudo, Martins e Theóphilo (2009) destacam o risco que circunscreve o ambiente de pesquisa da abordagem qualitativa:

É fundamental que o trabalho de campo; coleta, levantamento e análise em uma pesquisa qualitativa requerem habilidade, experiência, perseverança e atenção do pesquisador, pois, caso contrário, corre-se um elevado risco de terminar a coleta com um amontoado de informações difusas e irrelevantes (Martins; Theóphilo, 2009, p. 140).

Neste sentido, Ludke e André (1986), a partir de Bogdan e Biklen (1982) destacam que, dentre outros, deve-se primar pela atenção à: (1) delimitação do foco; (2) formulação de questões analíticas claras; (3) estudo teórico relevante; (4) triangulações e testes de dados coletados; (5) registro de observações assistemáticas e dados periféricos que se disponibilizem durante os trabalhos.

De acordo com os objetivos previamente estabelecidos, optou-se pela pesquisa do tipo descritiva, onde busca-se apresentar como as relações sociais e/ou os elementos do fenômeno estudado se relacionam. Conduru e Pereira (2010) destacam que as pesquisa do tipo descritiva, segundo os seus objetivos, são aquelas onde os investigadores buscam, para além de entender e apresentar os conceitos ou definições do objeto (base da tipologia exploratória), o detalhamento dos elementos e dos passos ou sequências para a estruturação do fenômeno em estudo.

Assim, assume-se que esta pesquisa passa pela tipologia exploratória, trazendo a definição teórica do fenômeno e de suas áreas, aportando-se na tipologia descritiva, no plano da descrição de processos sociais que compõem o fenômeno estudado.

Dentre as estratégias possíveis para a pesquisa realizada, optou-se pelo estudo de casos múltiplos, no caso serão três municípios. Primeiramente é

importante destacar a afirmação de Martins e Theóphilo (2009, p. 61) de que a “estratégia de pesquisa Estudo de Caso pede avaliação qualitativa, pois seu objetivo é o estudo de uma unidade social que se analisa profunda e intensamente”.

O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que se propõe à análise de um fenômeno social dentro de seu contexto real, propiciando uma visão aprofundada de recortes específicos de estudo. Esta técnica, alçada ao plano de estratégia é largamente utilizada nos campos da administração, educação, psicologia e sociologia, pois possibilita o estudo de temas ou problemas complexos, com a possibilidade de geração de análises dialogadas com a natureza das relações sociais humanas (Martins e Theóphilo, 2009).

A possibilidade de aportar os estudos sobre múltiplos casos é comprovada e possível, trazendo complexidade aos trabalho, mas somando à pesquisa a envergadura de se ter parâmetros de comparação prática seja na aplicação das técnicas de coleta de evidências científicas, seja na triangulação das informações e dados no processo de análise e interpretação.

Como técnicas de coleta de evidências científicas, foram adotadas para a pesquisa: (a) exploração bibliográfica; (b) exploração documental; (c) navegação orientada em websites; (d) observação sistemática e assistemática.

A técnica da exploração bibliográfica é básica, contudo é aquela que estrutura toda a busca pelo alinhamento das informações coletadas no plano de se compreender a estrutura e fios condutores teóricos do estado da arte até então posto pela ciência para o fenômeno em estudo.

Outra técnica utilizada foi a exploração documental, pois ao mergulhar no âmbito da gestão pública e mesmo da transparência e accountability com controle social sobre o Estado, o campo é constituído pelas legislações em seus diversos níveis e demarcadores legais. Os estudos nesta seara se desdobram, no ambiente interno dos websites (por sua vez comunicados pelas instituições estudadas) em outro campo documental das diretrizes das políticas públicas municipais.

Segundo Kozinets (2014) a técnica da netnografia aplicada aos ambientes digitais das organizações é recente ainda sendo esculpida para sua forma metodológica final, contudo muitas pesquisas já se aportam dos *websites* como

campos de coleta de informações e evidências científicas. Neste sentido, destaca que a netnografia é uma forma especializada de etnografia, utilizando-se de comunicações mediadas pela internet como campo de estudos.

Durante as navegações pelo *websites*, devidamente orientadas pelas listagens de itens a serem observados e recortados de acordo com os interesses diretos da pesquisa, podem se apresentar como acessíveis e disponíveis e que podem, complementarmente auxiliar na construção das análises finais, assim, além da observação sistemática, optou-se por manter a observação assistemática como técnica complementar dos estudos.

A triangulação de dados ou informações coletadas foi utilizada para a organização das evidências científicas, orientando-as para que contributivamente umas com as outras possam dar sustentação às análises e produção das respostas produzidas para o problema posto.

As categorias analíticas definidas nesta pesquisa estão fundamentadas no referencial teórico discutido no Capítulo 2, articulando as noções de esfera pública e agir comunicativo (Habermas, 1984), comunicação pública e transparência (Duarte, 2011; Bucci, 2022; Moraes, 2013) e accountability democrática (O'Donnell, 1998). Além disso, a construção das categorias foi orientada pela proposta de Rolando (2011) sobre a estrutura da comunicação institucional e pela técnica de análise de conteúdo delineada por Bardin (2011), que permite a identificação de significados e recorrências a partir de indicadores empíricos.

Dessa forma, as categorias operam como instrumentos de tradução dos conceitos teóricos para o campo empírico, possibilitando a observação sistemática dos websites das prefeituras de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Cada dimensão reflete um princípio normativo das teorias mobilizadas:

- **Linguagem amigável e acessibilidade**, derivada da comunicação pública inclusiva (Duarte, 2011), representa o compromisso com a compreensão universal das informações governamentais;

Educação fiscal, apoiada nas noções de transparência e prestação de contas cidadã (O'Donnell, 1998; Moraes, 2013; Bucci, 2022), evidencia o papel pedagógico da comunicação estatal;

Identidade visual e padronização, fundamentada em Rolando (2011), expressa a dimensão simbólica da confiança e legitimidade institucional.

A triangulação das evidências coletadas, combinada à análise de conteúdo (Bardin, 2011), permite ir além da descrição superficial dos portais, identificando padrões, lacunas e sentidos produzidos pela comunicação pública digital. Assim, o método garante a coerência entre o referencial teórico, as categorias analíticas e a interpretação crítica dos resultados, qualificando o estudo em nível de mestrado.

Evidências científicas coletadas

Importante destacar que durante a navegação orientada pelos websites (e sites auxiliares) das prefeituras municipais estudadas, dentro de um amplo entendimento de netnografia, durante a pesquisa foram verificadas as seguintes informações organizadas em categorias:

Categoria linguagem amigável e acessibilidade

- 1) Existência de ferramenta de aumento da fonte;
- 2) Existência de ferramenta de alteração da cor do fundo da tela;
- 3) Possibilidade de acesso em línguas estrangeiras;
- 4) Existência de links para download dos programas utilizados nos arquivos;
- 5) Respeito à dobra da página para acesso ao link de interesse;
- 6) Existência de sistema de busca por meio de palavra chave;
- 7) Existência de mapa do sítio (website);
- 8) Verificação da existência de websites intermediários até se acessar a área de transparência de contas públicas.

Categoria Educação Fiscal

- 1) Existência de glossário de termos técnicos;
- 2) Existência de cartilha ou manual sobre prestação de contas ou transparência na gestão pública;
- 3) Existência de repositório de documentos de planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA);
- 4) Existência de repositório de legislações sobre prestação de contas públicas;

- 5) Existência de links de acesso para websites do Tribunal de Contas do Estado ou Portal de Transparência do Governo Federal ou ao Controle Interno.

Categoria identidade visual

- 1) Verificar se o visual é claro, a ponto de contribuir para que a população encontre as informações necessárias;
- 2) Verificar a fonte usada no site, bem como seu tamanho, uma vez que os caminhos para chegar à Lei de Responsabilidade Fiscal tendem a não ficar em destaque na página principal.

Categoria de sugestão de padronização visual e estrutural para a difusão da comunicação da transparência de contas e atendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal

- 1) Verificar como os websites das Prefeituras pesquisadas são organizados (layout, conteúdo e periodicidade);
- 2) Destacar sugestões de destaque nas homes dos websites oficiais que leve para as informações da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- 3) Importância de uma regulamentação quanto à padronização sugerida.

3.2 Recorte temporal e espacial de estudos

Para o desenvolvimento dos estudos, dentro da trilha metodológica acima descrita, as cidades escolhidas para o estudo são: São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. A escolha justifica-se pela representatividade dessas capitais, em relação ao quantitativo populacional (Agência IBGE Notícias, 2025) e também figuram entre as maiores arrecadadoras de tributos per capita do país ano base 2023 (IBPT, 2025), além de desempenharem papel relevante como referências institucionais na divulgação de informações públicas e na aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Em relação aos procedimentos éticos, o estudo respeitou os princípios de integridade científica, transparência e responsabilidade na produção e divulgação de resultados. Por tratar-se de uma pesquisa documental e observacional, sem envolvimento direto de seres humanos ou coleta de dados sensíveis, não foi

necessária submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. Ainda assim, foram observados os princípios éticos da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que orienta pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Todo o material utilizado teve origem pública e acesso livre, sendo as fontes devidamente citadas e referenciadas, de forma a garantir a rastreabilidade e o reconhecimento de autoria. As interpretações realizadas respeitam o contexto e a finalidade das informações analisadas, preservando a imparcialidade e evitando julgamentos valorativos sobre a gestão pública.

Quanto às limitações do método, reconhece-se que a pesquisa qualitativa, embora apropriada para uma compreensão aprofundada, não permite generalizações estatísticas dos resultados para todo o universo de municípios brasileiros. Além disso, o recorte em três capitais restringe a análise comparativa, uma vez que contextos regionais menores podem apresentar dinâmicas distintas de comunicação e transparência. Também se destaca que a análise foi baseada em evidências disponíveis nos *websites* durante o período de coleta, que foi de maio a outubro de 2025, podendo ocorrer alterações posteriores nas páginas que escapam ao controle do pesquisador. Por fim, embora o protocolo de observação e a triangulação tenham sido conduzidos com rigor, a interpretação qualitativa sempre envolve um componente subjetivo, mitigado neste estudo pela revisão inter pares e pela explicitação detalhada dos procedimentos adotados.

Antes de seguir para a análise e interpretação das evidências científicas, cabe demonstrar um breve descritivo econômico, populacional, acesso à Internet, bem como recortes das páginas principais dos websites das prefeituras pesquisadas, observando-se as abas e espaços destinados à Lei de Transparência. Por fim, foram colocadas três figuras: a primeira, mostra os dez maiores PIBs do Brasil, a segunda, traz o ranking de classificação das capitais mais bem colocadas na avaliação do Tesouro Nacional e a terceira mostra, em número de habitantes, as dez cidades mais populosas do Brasil.

São Paulo - SP

Histórico

São Paulo (Brasil, 2025g) foi fundada em 25 de janeiro de 1554. Durante os séculos XIX e XX, o cultivo de café e o escoamento por portos próximos foram decisivos para gerar riqueza e atrair migrações internas e externas, o que estimulou fortemente o crescimento urbano.

A industrialização se intensificou no século XX, sobretudo entre as décadas de 1930 e 1950, transformando São Paulo em centro industrial do Brasil. Essa expansão, junto com o crescimento dos serviços, finanças, comércio, cultura e infraestrutura, consolidou a metrópole como o mais importante polo econômico do país.

Aspecto populacional

Segundo o Censo Demográfico de 2022 do IBGE, a população da capital São Paulo é de 11.451.245 habitantes. Em comparação com o censo de 2010, houve um crescimento modesto de 1,8% (aproximadamente +197.742 pessoas) nesse período de 12 anos.

A estimativa mais recente (2025) coloca a população da cidade em cerca de 11,9 milhões de habitantes, sendo que a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) possui cerca de 20.743.587 habitantes, cobrindo 39 municípios.

Economia

São Paulo é o principal centro econômico, financeiro e de serviços do Brasil, e o município corresponde a cerca de 10% do PIB nacional e 31% do PIB do Brasil (InvestSP, 2025).

A economia paulista é bastante diversificada compreendendo: indústria, comércio, finanças, tecnologia, serviços, tecnologia da informação e comunicação (TIC).

Acesso à Internet

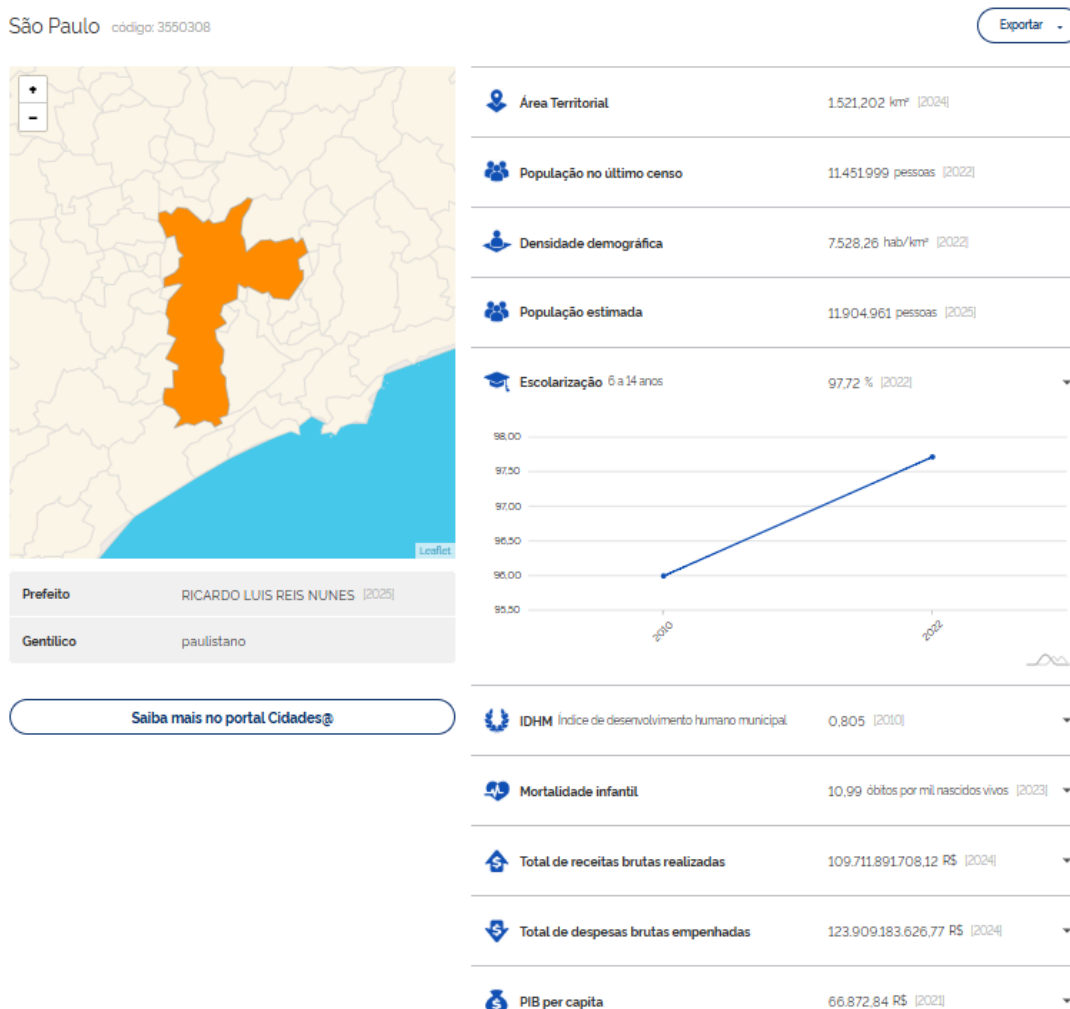
Em 2023, aproximadamente 90% dos lares no estado de São Paulo tinham acesso à Internet. Ainda em 2023, mais de 74% dos domicílios com acesso eram atendidos por banda larga fixa (Fundação Seade, 2024).

O acesso exclusivamente por celular é significativo. No Estado, cerca de 49% da população acessa a Internet somente por smartphones. Porém, ainda há uma parcela da população que nunca acessou a internet: em 2019, cerca de 20% dos paulistas com mais de 10 anos declararam nunca ter usado a Internet.

Entre 2023 e 2024 houve um recuo nos níveis de domicílios com acesso, passando de 88% para 81%, segundo boletim da Fundação Seade.

A Prefeitura de São Paulo possui programa de *Wi-Fi* livre (pontos públicos de acesso gratuito), que atualmente registra mais de 60 pontos de acesso à Internet pública.

Figura 1: Print do portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - São Paulo



Fonte: IBGE (2022).

Figura 2: Print do portal do Investe SP

- ✓ **PIB:** R\$ 2,4 trilhões (2020), representando 31% da economia brasileira.
- ✓ **Indústria:** Valor adicionado de R\$ 450 bilhões (2021), correspondendo a mais de 25% da produção industrial nacional.
- ✓ **Serviços:** Setor responsável por 76% do PIB estadual, movimentando trilhões de reais.
- ✓ **Comércio:** Receita de R\$ 1,2 trilhão (2019), consolidando-se como o maior mercado do país.
- ✓ **Comércio Internacional:** Exportações estaduais somaram US\$ 63 bilhões em 2022.
- ✓ **Agropecuária:** Produção de laranja (77%), cana-de-açúcar (54%) e carne bovina em grande escala.
- ✓ **Mercado de Trabalho:** Emprega cerca de 25 milhões de pessoas em diversas áreas.
- ✓ **Rede de Fornecedores:** Infraestrutura avançada e integração com grandes cadeias produtivas.
- ✓ **Investimento Público:** Projetos estratégicos em infraestrutura, inovação e sustentabilidade garantem desenvolvimento contínuo e competitividade global.

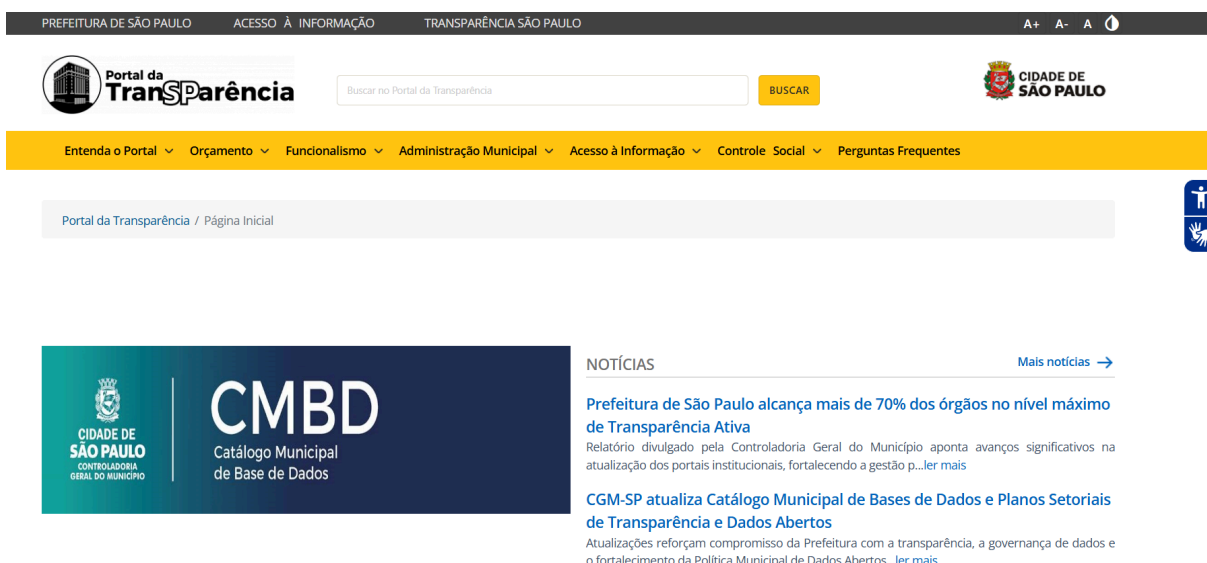
Fonte: IBGE (2025).

Figura 3: Print da home principal e oficial da Prefeitura de São Paulo



Fonte: Prefeitura de São Paulo (2025).

Figura 4: Print do Portal de Transparência da Prefeitura de São Paulo



Fonte: Portal da Transparência da Prefeitura de São Paulo (2025).

Rio de Janeiro - RJ

Histórico

A origem do Rio de Janeiro (Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2025) remonta ao início da colonização portuguesa do Brasil, sendo oficialmente fundado em 1565 pelos portugueses, com o objetivo de impedir que franceses se estabelecessem na Baía de Guanabara.

Desde o final do século XVIII até o XIX, o Rio passou a assumir crescente importância no país, até que em 1763, tornou-se capital da colônia/província do Brasil em substituição a Salvador.

Em 1808, com a chegada da Família Real Portuguesa, o Rio passou a ser sede do governo de Portugal, inclusive elevando sua importância como centro político, cultural e econômico.

A cidade foi capital imperial, depois da República, até 1960, quando a capital do Brasil foi transferida para Brasília.

Aspecto populacional

De acordo com o Censo de 2022 (IBGE, 2022a), a população do município do Rio de Janeiro era de 6.211.223 pessoas, com densidade demográfica de aproximadamente de 5.174,6 habitantes por km.

A área territorial do município é de 1.200,330 km². Entre 2010 e 2022 houve uma queda populacional de cerca de 1,72% para a cidade do Rio, segundo comparativos dos censos de 2010 e 2022.

Alguns subdistritos também têm densidades populacionais muito altas, especialmente em favelas: Rocinha: 48.300 hab/km², Jacarezinho: 36.000 hab/km² e Maré: 29.000 hab/km².

Economia

A economia do município do Rio é fortemente baseada no setor de serviços. De acordo com o Perfil da Cidade da Invest.Rio (2025), 86,5% da economia municipal advém de serviços (setor terciário), o que inclui comércio, administração pública, turismo, telecomunicações e transportes.

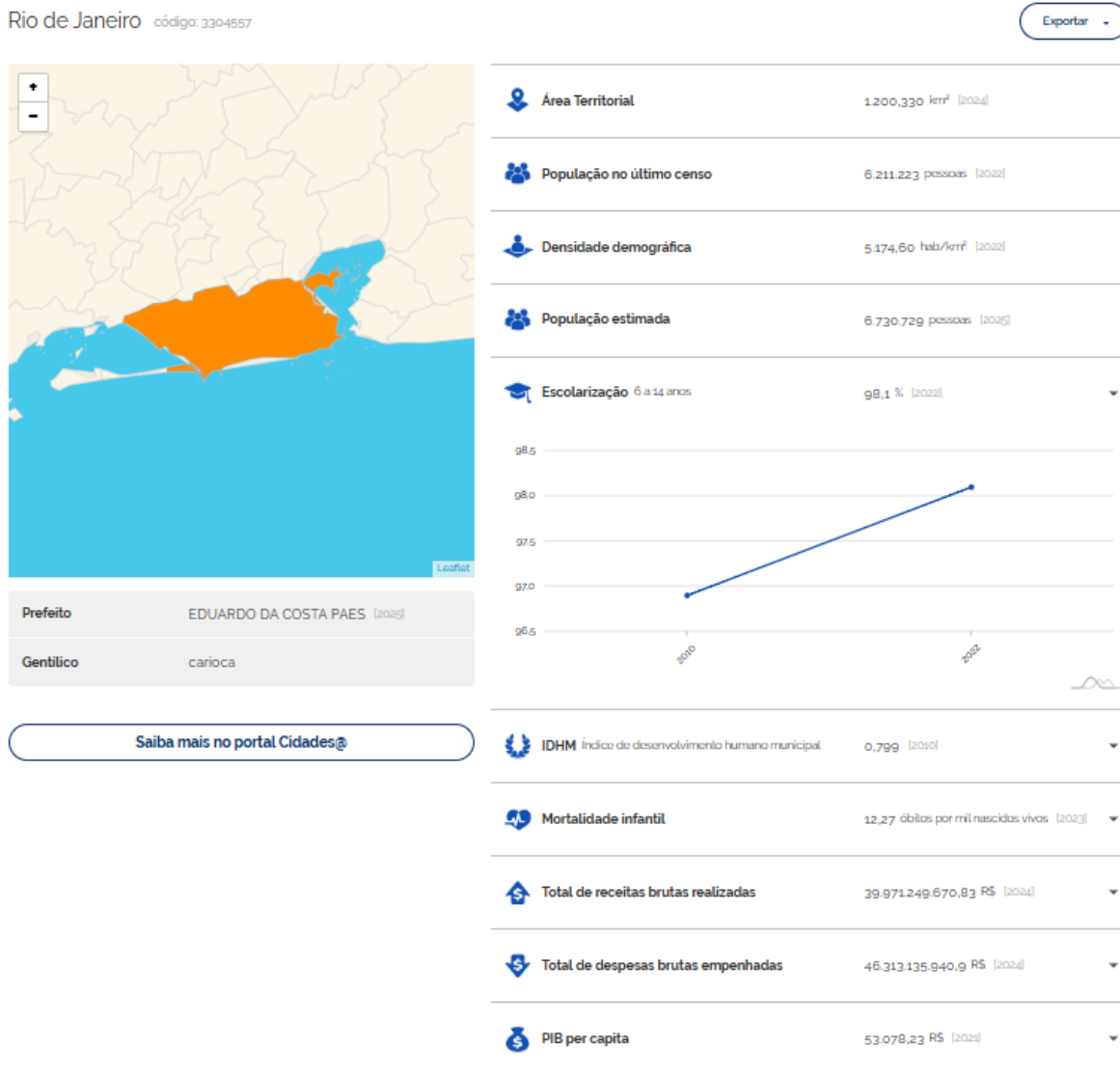
O PIB da cidade (municipal) é aproximadamente R\$350 bilhões, e o PIB per capita municipal em torno de R\$54.400.

No âmbito estadual, o Estado do Rio de Janeiro teve crescimento de 4,7% no PIB em 2022, atingindo cerca de R\$1,15 trilhão, representando aproximadamente 11,4% do PIB nacional no mesmo período.

Acesso à Internet

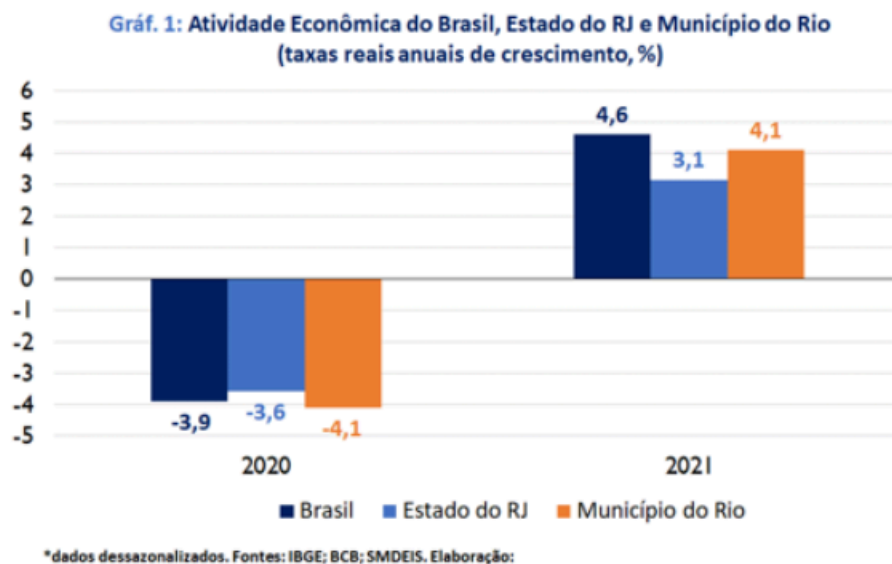
De acordo com o Censo Demográfico (IBGE, 2022), 91,1% dos habitantes do Estado do Rio de Janeiro vivem em domicílios com acesso à internet. Outro dado que chama a atenção é que provedores regionais têm ganhado participação nos acessos por banda larga na cidade. Em 2018, os provedores locais já representavam cerca de 16% dos acessos à internet no Rio de Janeiro, especialmente em fibra óptica.

Figura 5: Print do portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Rio de Janeiro



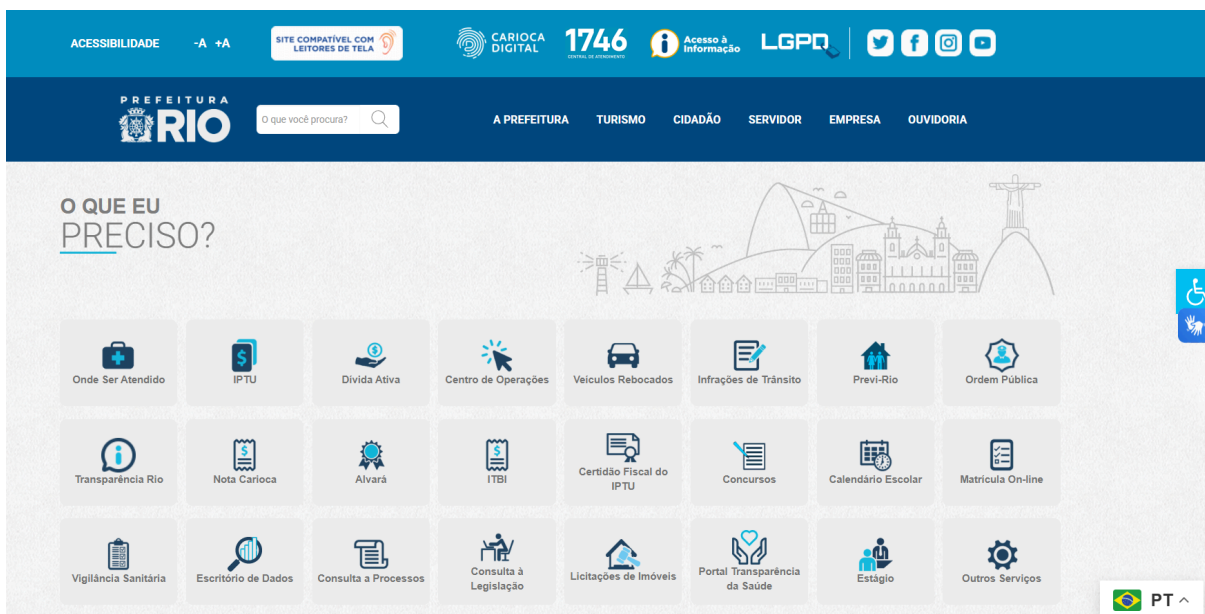
Fonte: IBGE (2022).

Figura 6: Print do Blog FGV IBRE - Economia do Rio e do Brasil



Fonte: FGV (2022).

Figura 7: Print da home principal e oficial da Prefeitura de São Paulo



Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro (2025).

Figura 8: Print do Portal de Transparência da Prefeitura do Rio de Janeiro



Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro (2025).

Brasília - DF

Histórico

Em 1956, o presidente Juscelino Kubitschek impulsionou a construção de Brasília. A cidade foi planejada pelo urbanista Lúcio Costa e o arquiteto Oscar Niemeyer, e inaugurada em 21 de abril de 1960, substituindo o Rio de Janeiro como capital federal (Governo do Distrito Federal, 2025).

Desde sua concepção, Brasília tem características de cidade planejada. Em 1987, foi declarada Patrimônio Mundial pela UNESCO, em virtude de seu conjunto urbanístico e arquitetônico.

Aspecto populacional

No Censo de 2022 (IBGE, 2022b), a população residente no Distrito Federal era de 2.817.381 habitantes, com densidade demográfica de 489,06 hab/km². A área territorial do Distrito Federal é de aproximadamente 5.760,783 km².

Estimativas mais recentes (2024 / 2025) indicam que o DF está com cerca de 2.982.818 habitantes.

Desde 2000, o DF cresceu aproximadamente 45% na população.

Economia

Em 2020, o PIB do Distrito Federal foi de R\$ 265,847 bilhões, sendo a 8ª maior economia estadual entre as unidades federativas, representando cerca de 3,5% do PIB nacional naquele ano. Já em 2021, o PIB foi estimado em R\$286,9 bilhões, com crescimento real de 3% em relação a 2020, saltando para R\$328,8 bilhões em 2022. Atualmente, o Distrito Federal ostenta o maior PIB per capita do país (Agência Brasília, 2023).

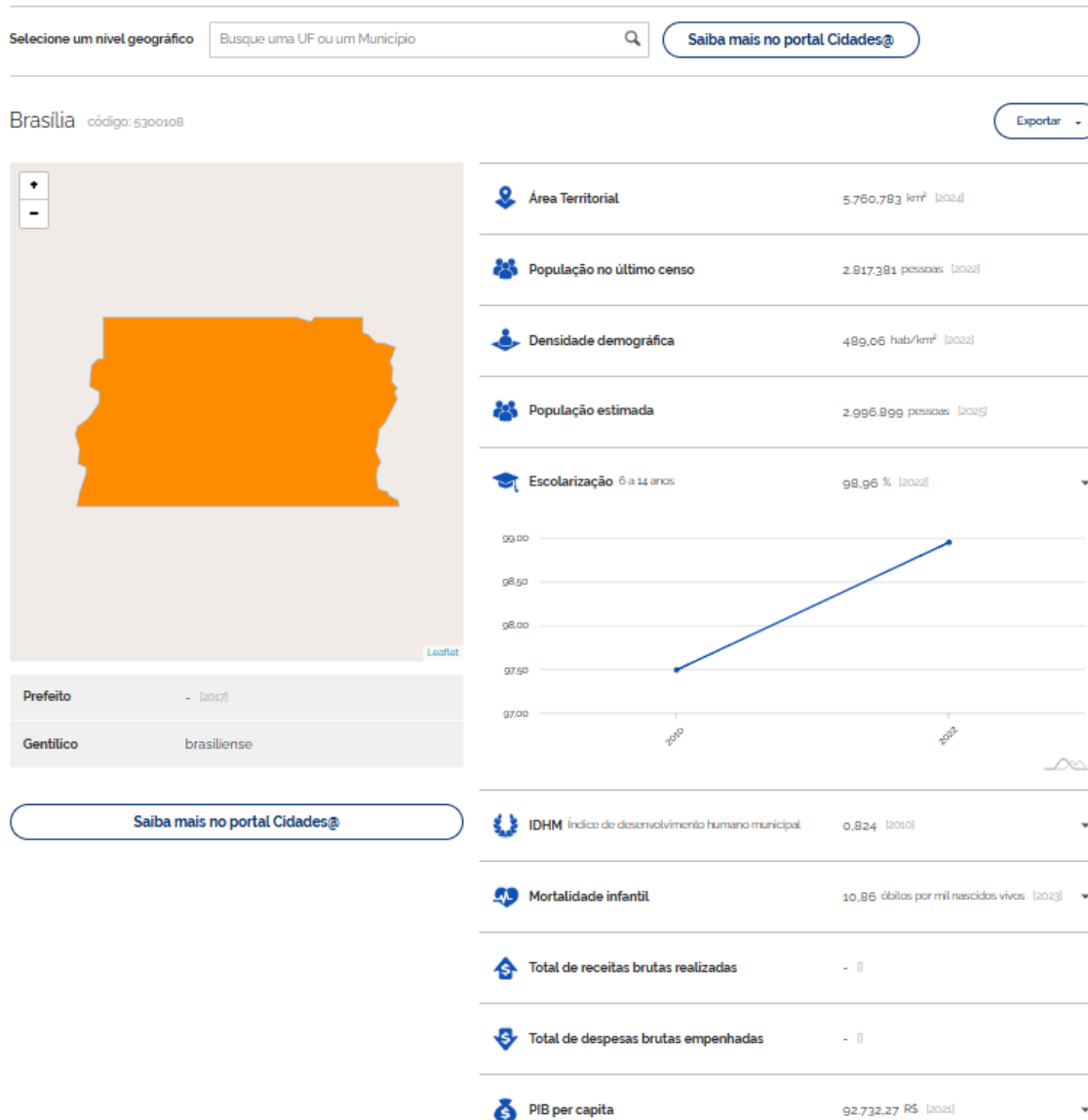
Acesso à Internet

O Distrito Federal lidera os índices de acesso: em 2024, 98% dos domicílios do DF têm conexão à internet (Correio Braziliense, 2025).

Em 2024, 95,9% da população do DF com 10 anos ou mais declararam usar a internet. Entre os idosos (60 anos ou mais), 84,8% usam a Internet .

Figura 9: Print do portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Brasília - DF

Cidades e Estados



Fonte: IBGE (2022).

Figura 10: Print dos Aspectos Econômicos do Distrito Federal

Tabela 1 - Idecon-DF e PIB-Brasil: Variações anuais dos setores e das atividades econômicas em relação ao ano anterior - 2015 e 2016

Setores e Atividades Econômicas	PIB - Brasil		PIB-DF		Idecon-DF Peso (%) das atividades
	2015	2016	2015	2016	
Agropecuária	3,3	-4,3	-28,8	1,0	0,3
Indústria	-5,8	-4,0	-7,5	-2,4	5,4
Extrativa mineral	5,7	-2,7	-21,4	-	-
Indústria de transformação	-8,5	-5,6	-3,2	-3,5	1,4
Construção	-9,0	-5,6	-11,4	-3,5	2,9
Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	-0,4	7,1	0,8	-	-
Outros da indústria ⁽¹⁾	-	-	-	1,8	1,0
Serviços	-2,7	-2,6	0,0	-1,2	94,3
Comércio	-7,3	-6,1	-8,4	-7,4	6,8
Serviços de informação	-0,9	-3,2	-2,6	-1,6	3,4
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	-1,2	-3,3	-1,4	-3,2	14,3
Administração, saúde e educação públicas	0,2	0,6	2,5	-0,5	44,7
Transporte, armazenagem e correio	-4,3	-6,8	-1,1	-	-
Atividades imobiliárias	-0,4	0,2	3,8	-	-
Outros serviços ⁽²⁾	-3,7	-3,2	-0,2	-0,2	25,2
Idecon-DF / PIB-Brasil	-3,5	-3,5	-1,0	-1,2	100,0

Fontes: Codeplan e IBGE

Elaboração: Núcleo de Contas Regionais

¹ Extrativa mineral e Eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

² Alojamento e alimentação; Educação e saúde mercantis; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços; e Serviços domésticos. O Idecon-DF inclui também Transporte, armazenagem e correio e Atividades imobiliárias.

Fonte: Codeplan (2018).

Figura 11: Print da home principal e oficial da Prefeitura de Brasília - DF



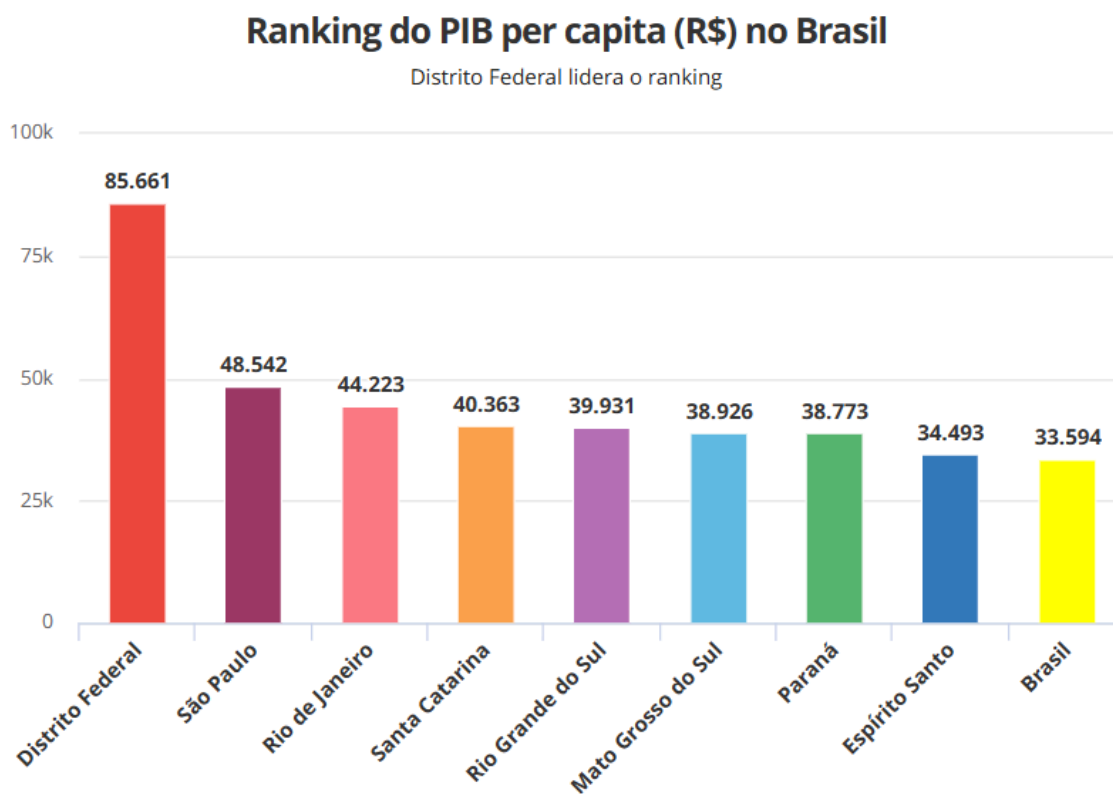
Fonte: Prefeitura do Distrito Federal (2025).

Figura 12: Print do Portal de Transparência da Prefeitura do Distrito Federal



Fonte: Prefeitura do Distrito Federal (2025).

Figura 13: Print do Portal do G1 com os 10 maiores PIBs do Brasil



Fonte: IBGE e Codeplan

Fonte: G1 (2020).

Figura 14: Print do website do Tesouro Nacional com as capitais mais bem avaliadas em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal

Obs.: Brasília não é considerada no ranking das capitais.

2019	2020	2021	2022	2023	2024				
+ ICF	+ ICF	+ ICF	+ ICF	+ ICF	+ ICF			%	Pontos
A	A	A	A	A	A	A	Salvador	1º	100.000% 171.000
A	A	A	A	A	A	A	Belo Horizonte	1º	100.000% 171.000
A	A	A	A	A	A	A	João Pessoa	3º	99.649% 170.400
A	A	A	A	A	A	A	Vitória	4º	99.298% 169.800
A	A	A	A	A	A	A	Maceió	5º	98.615% 168.653
B	B	A	A	A	A	A	Rio Branco	6º	98.529% 168.486
B	B	A	A	A	A	A	Porto Alegre	7º	98.207% 167.955
B	B	A	B	A	A	A	Fortaleza	8º	98.070% 167.700
B	B	B	B	A	A	A	Curitiba	9º	98.067% 167.695
B	B	B	B	A	A	A	Recife	10º	98.038% 167.646
B	B	B	B	A	A	A	Palmas	11º	97.404% 166.562
B	B	B	B	B	A	A	Florianópolis	12º	96.914% 165.723
B	B	B	B	B	B	A	Porto Velho	13º	96.913% 165.722
B	B	B	B	B	B	A	Manaus	14º	96.100% 164.332
B	B	B	B	B	B	B	Cuiabá	15º	94.961% 162.383
B	C	C	B	B	B	B	Rio de Janeiro	16º	94.641% 161.837
C	C	C	B	B	B	B	Aracaju	17º	93.867% 160.513
C	C	C	B	B	B	B	São Paulo	18º	93.716% 160.255
C	D	C	C	B	B	B	Goiânia	19º	93.126% 159.246
C	D	C	C	B	B	B	Campo Grande	20º	91.520% 156.500
C	D	C	C	B	B	B	Teresina	21º	89.664% 153.327
C	D	C	D	B	B	B	Macapá	22º	87.953% 150.367
C	D	C	D	D	B	B	São Luís	23º	85.138% 145.587
D	D	D	D	D	C	C	Natal	24º	81.647% 139.617
E	E	D	D	D	D	D	Belém	25º	69.439% 118.741
E	E	E	E	D	E	E	Boa Vista	26º	41.421% 70.831

Fonte: Tesouro Nacional (2025).

Figura 15: Print do portal do G1 com as 10 cidades mais populosas do Brasil

Município	Estado	População
1 - São Paulo	SP	11.451.245
2 - Rio de Janeiro	RJ	6.211.423
3 - Brasília	DF	2.817.068
4 - Fortaleza	CE	2.428.678
5 - Salvador	BA	2.418.005
6 - Belo Horizonte	MG	2.315.560
7 - Manaus	AM	2.063.547
8 - Curitiba	PR	1.773.733
9 - Recife	PE	1.488.920
10 - Goiânia	GO	1.437.237

Fonte: G1 (2023).

Em suma, a metodologia delineada nesta pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, orientada à compreensão aprofundada das relações entre comunicação pública, transparência e democracia nas gestões municipais. A utilização das técnicas de exploração bibliográfica e documental, aliada à navegação orientada e à observação sistemática e assistemática, possibilitou a análise minuciosa dos websites institucionais das

prefeituras de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, consideradas representativas no contexto nacional pela relevância de suas estruturas administrativas e fiscais.

O emprego do estudo de casos múltiplos, sustentado por princípios da netnografia, permitiu captar as especificidades e convergências entre as práticas comunicacionais das administrações públicas analisadas, revelando o grau de efetividade na disponibilização de informações e na promoção da accountability. A triangulação das evidências obtidas assegurou rigor metodológico, reforçando a confiabilidade das interpretações e a coerência com os objetivos teóricos da investigação.

Desse modo, a trajetória metodológica adotada configurou-se como eixo estruturante da pesquisa, garantindo consistência científica e viabilizando a transição do plano teórico para a análise empírica. Com base nesse percurso, o capítulo subsequente dedica-se à interpretação das evidências e à discussão dos resultados, buscando responder à questão central que orienta o estudo: como as gestões públicas municipais utilizam seus websites para o fortalecimento da democracia em seus pilares de transparência de contas e de políticas públicas.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS

O presente capítulo tem por premissa apresentar os resultados obtidos a partir da análise comparativa dos portais digitais das prefeituras das cidades de São Paulo (<https://prefeitura.sp.gov.br>), Rio de Janeiro (<https://prefeitura.rio>) e do portal digital do governo da cidade de Brasília (Distrito Federal <http://www.df.gov.br>).

A amostra investigada compreende os três portais institucionais que foram examinados segundo critérios de acessibilidade, linguagem amigável, educação fiscal e identidade visual, conforme delineado nas categorias previamente estabelecidas ao longo da metodologia.

Cada critério foi avaliado de forma sistemática, permitindo identificar padrões de boas práticas e oportunidades de aprimoramento nos referidos ambientes virtuais.

Os achados são expostos a seguir em ordem estruturada, oferecendo subsídios para a formulação de recomendações padronizadas que visam à melhoria da experiência do usuário, ao fortalecimento da transparência pública e à harmonização visual dos portais.

Figura 16: Página inicial do site da Prefeitura Municipal de SP



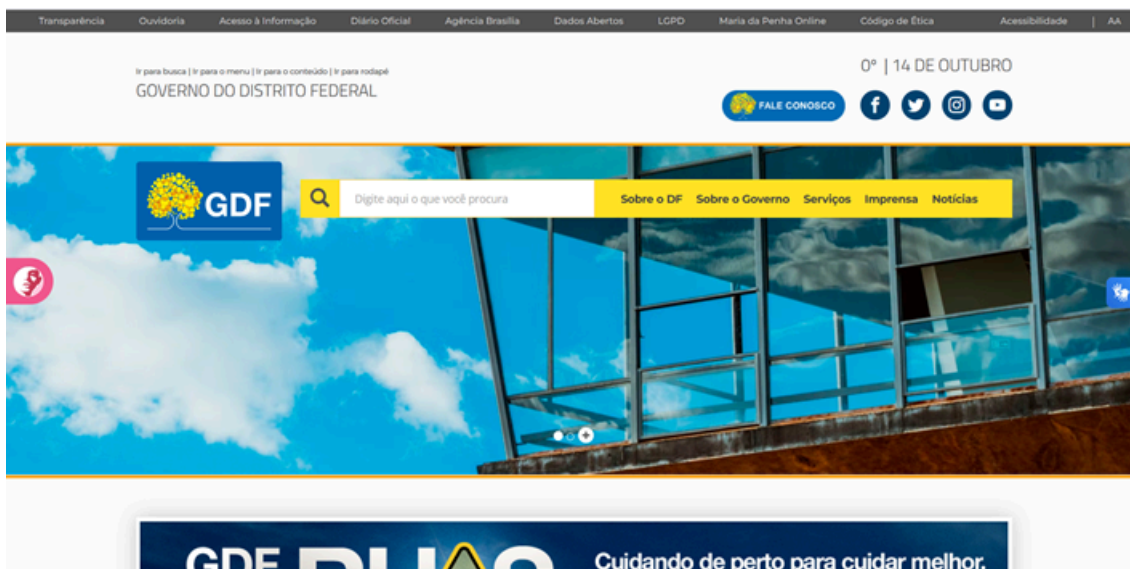
Fonte: Site Prefeitura Municipal de SP – 2025.

Figura 17: Página inicial do site da Prefeitura Municipal do RJ



Fonte: Site Prefeitura Municipal do RJ – 2025

Figura 18: Página inicial do site do Governo do DF



Fonte: Site Governo do Distrito Federal – 2025.

Quadro 2: Linguagem Amigável e Acessibilidade

Indicador avaliado	São Paulo prefeitura.sp.gov.br	Rio de Janeiro prefeitura.rio/	Distrito Federal df.gov.br
1. Ferramenta de aumento de fonte	Sim. Ícone "A+ / A-" no cabeçalho (acessibilidade). Permite ajustar o tamanho do texto para melhor legibilidade, crucial para usuários com baixa visão ou dislexia. Também aceita Ctrl + "+" no navegador, uma funcionalidade nativa que complementa a ferramenta do site.	Sim. Botão "A+ / A-" no rodapé (acessibilidade). Embora no rodapé, cumpre a função de ajuste de fonte, sendo uma boa prática de acessibilidade.	Sim. Controle de tamanho de fonte no canto superior direito (ícone "A"). Posição proeminente para acesso rápido, facilitando a personalização da experiência de leitura.
2. Alteração da cor de fundo	Sim. "Modo alto contraste" (preto-branco) e "Tema amarelo" via widget de acessibilidade. Essas opções são vitais para usuários com deficiências visuais, como daltonismo, ou para aqueles que sofrem de fadiga ocular em ambientes de baixa luminosidade, atendendo às diretrizes WCAG de contraste.	Sim. Opção "Alto contraste" no mesmo widget de acessibilidade. Oferece uma alternativa visual que melhora a distinção entre elementos textuais e de fundo, essencial para a clareza da informação.	Sim. "Modo alto contraste" e "Tema escuro" no painel de acessibilidade. O tema escuro, em particular, é cada vez mais popular para reduzir a emissão de luz azul e economizar bateria em dispositivos com telas OLED.

3. Versão em língua estrangeira	Não. Apenas conteúdo em PT-BR. Há um link para “English version” nas áreas de turismo, mas não para o portal institucional. A ausência de tradução nativa para o portal principal limita o acesso a informações cruciais para turistas, investidores estrangeiros residentes não-lusófonos, impactando a inclusão e a comunicação internacional.	Não. Site somente em PT-BR. Não há seletor de idioma. Essa limitação pode ser superada parcialmente por extensões de navegador de tradução automática (ex: Google Translate), mas a precisão e a formalidade do conteúdo podem ser comprometidas.	Não. Disponível apenas em PT-BR. Para um portal governamental, a oferta de conteúdo em inglês (pelo menos) é uma prática recomendada para promover a transparência e facilitar a interação com um público global.
4. Links para download dos programas usados nos arquivos	Não. Não há página de “download de softwares”. Os documentos são PDFs/ZIP; o visualizador interno usa PDF.js (não baixável). A prática de fornecer links para download de softwares tornou-se obsoleta, pois os navegadores modernos e sistemas operacionais já possuem visualizadores nativos para formatos padrão como PDF, DOCX e XLSX. O uso de bibliotecas como PDF.js garante a visualização <i>inline</i> sem a necessidade de downloads adicionais.	Não. idem. A padronização em formatos universais elimina a barreira tecnológica para o usuário final, que não precisa se preocupar em instalar programas específicos.	Não. idem. A entrega de documentos em formatos abertos e amplamente suportados (como PDF/A para arquivamento) é uma boa prática de interoperabilidade e acessibilidade.

5. Link de interesse acima da dobra	Sim. Na home há blocos "Serviços", "Últimas notícias" e "Transparência" visíveis sem rolagem. Posicionar informações-chave "acima da dobra" (a parte visível da página sem rolagem) é crucial para capturar a atenção do usuário e garantir acesso rápido aos serviços mais procurados, seguindo padrões de usabilidade e o "F-pattern" de leitura web.	Sim. Botões de acesso rápido (ex.: "Cidadão", "Serviços") aparecem na primeira dobra. A priorização de links para serviços essenciais melhora a experiência do usuário, reduzindo o tempo de busca por informações e funcionalidades críticas.	Sim. "Acesso rápido" com ícones (ex.: "Saúde", "Educação") na primeira dobra. O uso de ícones intuitivos junto aos links de acesso rápido facilita a identificação visual e a navegação, especialmente para usuários com menor familiaridade digital.
6. Busca por palavra-chave	Sim. Campo de busca global no cabeçalho (ícone lupa). Resultados categorizados por por área (Serviços, notícias e documentos). Uma busca robusta é a espinha dorsal de qualquer portal governamental, permitindo que os usuários encontrem rapidamente informações específicas. A categorização dos resultados ajuda a refinar a pesquisa e a apresentar a informação de forma mais organizada.	Sim. Busca centralizada no cabeçalho, com filtros por área (Serviços, Notícias, Documentos). A inclusão de filtros é um recurso avançado que permite ao usuário delimitar o escopo da busca, melhorando a precisão e a relevância dos resultados.	Sim. Busca universal no cabeçalho; resultados listam páginas, PDFs e notícias. A capacidade de indexar e retornar resultados de diferentes tipos de conteúdo (páginas HTML, documentos PDF) é fundamental para uma busca abrangente. Implementações como Elasticsearch ou Solr são comuns para esse fim.

7. Mapa do sítio (sitemap)	Sim. Link "Mapa do site" no rodapé (HTML + XML). O sitemap HTML é essencial para a navegação do usuário, oferecendo uma visão estruturada de todo o conteúdo do site. O sitemap XML, por sua vez, é crucial para SEO, auxiliando os motores de busca (como Google) a indexar todas as páginas do portal de forma eficiente.	Sim. "Mapa do site" disponível no rodapé (lista hierárquica). Uma lista hierárquica reflete a estrutura de navegação do site, tornando mais fácil para o usuário entender a organização do conteúdo e encontrar seções específicas.	Sim. "Mapa do site" no rodapé, com separação por áreas governamentais. A organização por áreas governamentais é particularmente útil em portais complexos, como o do DF, que abrange diversas secretarias e órgãos.
8. Quantos sites intermediários para chegar à Transparência de contas públicas?	• São Paulo: Home → "Transparência" (primeiro nível) → "Contas Públicas" → "Prestação de Contas" → documentos. 2 cliques (Home → Transparência → Contas). Acesso direto e eficiente, minimizando a fricção para o cidadão que busca informações de prestação de contas, o que é uma excelente prática de transparência.	• Rio: Home → "Transparência" → "Contas Públicas" → "Prestação de Contas". 2 cliques (Home → Transparência → Contas). Similar a São Paulo, o Rio de Janeiro oferece um caminho direto, garantindo que a informação de contas públicas esteja a poucos cliques de distância, em conformidade com as leis de acesso à informação.	• DF: Home → "Governo" → "Transparência" → "Contas Públicas". 3 cliques (Home → Governo → Transparência → Contas). Embora ainda acessível, o nível intermediário "Governo" adiciona um clique desnecessário para uma seção tão crítica como a Transparência. O ideal é que seções de alta prioridade estejam a no máximo 2 cliques da página inicial.

Fonte: Autora – 2025.

Frente à análise das informações presentes no Quadro 2 – Linguagem amigável e acessibilidade, revelam-se que os três portais analisados atendem integralmente às diretrizes WCAG 2.1 nível AA, padrão internacional que regula a acessibilidade web.

Essa conformidade se traduz na disponibilização de recursos essenciais, tais como a possibilidade de redimensionamento do texto, contraste cromático adequado, navegação por teclado e compatibilidade com leitores de tela mediante atributos ARIA, garantindo o acesso ao conteúdo a todos os cidadãos, independentemente de suas habilidades ou das tecnologias assistivas empregadas.

Entretanto, nenhum dos sites oferece suporte nativo à tradução automática. Assim, a única alternativa para usuários que necessitam de versões em outros idiomas consiste na utilização de extensões de navegador, como o *Google Translate*.

Por fim, observa-se que o recurso anteriormente denominado "download de programas" tornou-se obsoleto, uma vez que os documentos são disponibilizados em formatos padrão (PDF e DOCX). Essa mudança representa um avanço significativo em termos de usabilidade, pois elimina a necessidade de instalação de softwares específicos por parte do usuário e assegura que o conteúdo seja visualizável em quaisquer dispositivos modernos.

Quadro 3: Educação Fiscal

Indicador Avaliado	São Paulo	Rio de Janeiro	Distrito Federal
1. Glossário de termos técnicos	Sim. Dentro da seção "Educação Fiscal" (acessível via Busca ou Transparência) há um <i>Glossário</i> com mais de 30 termos (ex.: "PPA", "LDO", "LOA"). A presença de um glossário detalhado é fundamental para desmistificar a linguagem técnica da gestão pública, tornando a informação orçamentária mais compreensível para o cidadão comum e promovendo a educação cívica.	Sim. Na página "Educação Fiscal – Glossário" (link em Transparência) com definições curtas. Embora as definições sejam curtas, a existência do glossário demonstra um esforço em tornar a informação mais acessível. Sugere-se expandir as definições e incluir exemplos práticos.	Não. Não há um glossário dedicado; os termos aparecem explicados em documentos, mas não em lista única. A ausência de um glossário centralizado dificulta uma consulta rápida e sistemática dos termos, podendo gerar confusão para o usuário que busca entender a terminologia fiscal.
2. Cartilha ou manual sobre prestação de contas/transparência	Sim. Disponível PDF, XLM, CSV, XLSL, XLS, ODS. "Prefeitura.sp.gov.br > Transparência > Dados Abertos".	Sim. Disponível CSV, TXT, XLS, PDF. "https://prefeitura.rio > Transparência > Dados Abertos > Acesso contas Rio	Sim. Disponível PDF, CSV, ODT, HTML. "https://www.df.gov.br > Transparência > Dados Abertos".

3. Repositório de documentos de planejamento orçamentário (PPA, LDO, LOA)	Sim. Cada exercício tem sua pasta: • PPA (Plano Plurianual) – PDF • LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) – PDF • LOA (Lei Orçamentária Anual) – PDF. Acesso direto via Transparência “Orçamento”. Ade organização por exercício e a disponibilidade em PDF são padrões. Para maior transparência e análise, a disponibilização em formatos abertos (CSV, JSON) e com visualizações interativas (gráficos, tabelas dinâmicas) seria ideal.	Sim. Repositório estruturado por ano, com links para PPA, LDO e LOA em PDF/HTML. A opção de visualização em HTML é uma diferencial importante para acessibilidade, pois permite que leitores de tela e ferramentas de tradução funcionem mais eficazmente do que em PDFs estáticos.	Sim. Área “Orçamento” contém PPA, LDO e LOA em arquivos PDF; há filtro por exercício. O filtro por exercício é uma funcionalidade útil para navegar rapidamente entre os diferentes anos fiscais, mas a ausência de formatos abertos limita a capacidade de análise de dados por parte de pesquisadores e da sociedade civil.
---	--	---	---

4. Repositório de legislações sobre prestação de contas públicas	Sim. Seção “Legislação Municipal – Transparência” reúne leis como a Lei Orgânica, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e decretos específicos. Um repositório centralizado de legislação é crucial para garantir que o cidadão possa consultar as bases legais da gestão pública. A inclusão de <i>metadata</i> (data de publicação, vigência, ementa) facilitaria a pesquisa.	Sim. “Legislação Municipal” > “Transparência e Controle Social” com leis estaduais/federais aplicáveis ao DF. A inclusão de legislação federal e estadual (aplicável ao DF) é importante, pois muitas normas de transparência e responsabilidade fiscal são de âmbito nacional.	Sim. Diretório – “Legislação e Controle Social” com leis estaduais/federais aplicáveis ao DF. A inclusão de legislação federal e estadual (aplicável ao DF) é importante, pois muitas normas de transparência e responsabilidade fiscal são de âmbito nacional.
5. Links para Tribunal de Contas do Estado / Portal da Transparência Federal / Controle Interno	Sim. No rodapé da página Transparência há links: • Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (tjsp.jus.br) • Portal da Transparência Federal (transparencia.gov.br) • Sistema de Controle Interno (SIC). Adesses links em integração com órgãos de controle externo e federal reforça o compromisso com a fiscalização e prestação de contas, oferecendo ao cidadão múltiplos canais para verificar a gestão pública.	Sim. Rodapé inclui: • Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (tce.rio.gov.br) • Portal da Transparência Federal • Portal do Controle Interno do Município. A disponibilização de estado e município, o link para o TCU (Tribunal de Contas da União) é o mais relevante para o controle externo.	Sim. Rodapé traz: • Tribunal de Contas da União (tcu.gov.br) • Portal da Transparência Federal • Sistema de Controle Interno do DF. Para o DF, que possui status híbrido de estado e município, o link para o TCU (Tribunal de Contas da União) é o mais relevante para o controle externo.

Fonte: Autora – 2025.

Figura 19: Página dados abertos site Prefeitura de SP



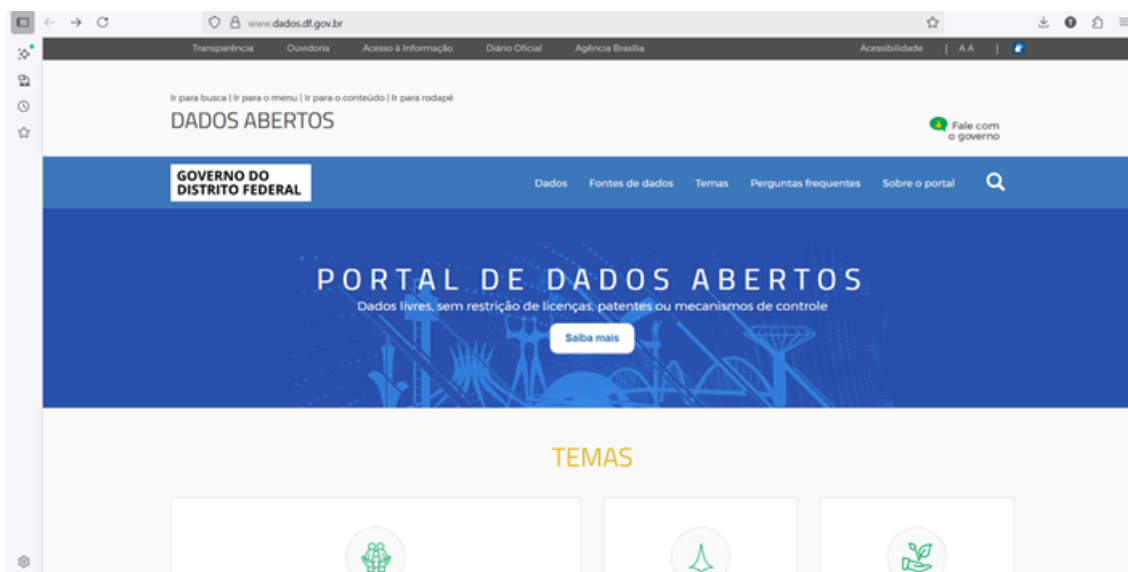
Fonte: Site Prefeitura Municipal de SP – 2025.

Figura 20: Página dados abertos site Prefeitura do RJ



Fonte: Site Prefeitura Municipal do RJ – 2025.

Figura 21: Página dados abertos site DF



Fonte: Site do Governo do DF – 2025.

A análise do Quadro 3 Educação Fiscal, revela diferenças significativas entre os portais estudados. O site da Prefeitura de São Paulo apresenta o conjunto mais completo e atualizado de recursos educativos, incluindo um glossário robusto, as informações de transparência atualizadas, repositórios bem estruturados e links externos relevantes, configurando uma abordagem exemplar para a promoção da compreensão e fiscalização cidadã.

O portal da Prefeitura do Rio de Janeiro oferece material semelhante, porém o glossário é menos extenso e encontra-se na versão de 2023, demandando atualização para refletir as normativas mais recentes; embora demonstre um esforço considerável, há margem para aprimorar a profundidade e a atualidade do conteúdo educativo.

Por sua vez, o portal do Distrito Federal apresenta guias gerais de transparência e *links* a órgãos superiores de controle, evidenciando compromisso com a fiscalização.

Quadro 4: Identidade Visual

Pergunta	São Paulo	Rio de Janeiro	Distrito Federal
1. Visual claro e facilitação da localização	Sim. Layout responsivo, barra superior fixa com ícones de acesso rápido; uso de cores institucionalmente verde-azul que contrastam bem com texto preto; blocos bem segmentados ("Serviços", "Notícias"). O design responsivo garante uma experiência consistente em desktops, tablets e smartphones. A barra fixa melhora a navegação, enquanto o contraste de cores atende às diretrizes WCAG para legibilidade.	Sim. Design azul-claro + branco; menu lateral que agrupa serviços por tema; destaque visual para "Transparência". O menu lateral colapsável otimiza o espaço em telas menores e organiza o conteúdo de forma lógica. O destaque reforça a prioridade desse tema.	Sim. Paleta azul-escuro + amarelo; menu superior fixo com dropdowns claros; áreas temáticas bem demarcadas por ícones grandes. A paleta de cores vibrante, combinada com ícones grandes e intuitivos, cria uma identidade visual forte e facilita a identificação rápida das seções, especialmente para usuários com dificuldades cognitivas.

2. Fonte e tamanho usados (especialmente caminhos para a Lei de Responsabilidade Fiscal)	• Fonte principal: Roboto (Google Font) – peso regular 400, tamanho base 16 px; títulos H1-H3 em Roboto Slab 700/24-32 px. • Nos breadcrumbs ("Home > Lei de Transparência > Lei de Responsabilidade Fiscal") a fonte é Roboto 14 px, cor #555. A escolha de fontes como Roboto e Roboto Slab, carregadas via Google Fonts, garante boa legibilidade, consistência em diferentes navegadores e otimização de performance. O tamanho base de 16px está em linha com as recomendações de acessibilidade para texto de corpo.	• Fonte principal: Open Sans – 16 px base. • Breadcrumbs usam Open Sans 14 px #777. • Títulos em Open Sans Condensed 30 px. • O caminho para a LRF aparece como "Transparência > Legislação > Lei de Responsabilidade Fiscal". Montserrat é uma fonte moderna e limpa. A consistência no uso da fonte em diferentes pesos e tamanhos para títulos e texto de corpo é crucial para a identidade visual e a legibilidade.	• Fonte principal: Montserrat – 16 px. • Breadcrumbs Montserrat 14 px #666. • Títulos em Montserrat Bold 30 px. • O caminho para a LRF aparece como "Transparência > Legislação > Lei de Responsabilidade Fiscal". Montserrat é uma fonte moderna e limpa. A consistência no uso da fonte em diferentes pesos e tamanhos para títulos e texto de corpo é crucial para a identidade visual e a legibilidade.
--	---	---	---

Fonte: Autora – 2025.

No que condiz ao Quadro 4 Identidade visual, todos os três portais adotam fontes *web-safe*, como *Roboto*, *Open Sans* e *Montserrat*, que garantem boa legibilidade em dispositivos móveis e desktop, além de serem otimizadas para carregamento rápido, essa escolha reflete preocupação com a experiência do usuário e a performance do site.

O tamanho base de 16 px para o texto de corpo segue a recomendação de acessibilidade da WCAG, assegurando que o conteúdo seja facilmente lido pela maioria dos usuários sem necessidade de *zoom*.

Embora os *breadcrumbs* sejam ligeiramente menores, com 14 px, ainda são suficientemente grandes e contrastantes para uma leitura confortável e funcional, auxiliando na orientação do usuário dentro da estrutura do site.

Figura 22: Disponibilização de mídias sociais



Fonte: Sites das Prefeituras SP e RJ e Governo do DF – 2025.

Sugestão de padronização visual e estrutural para a difusão da comunicação da transparência de contas e atendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal

Diante do estudo, nota-se que a padronização dos portais municipais deve observar critérios de acessibilidade, usabilidade, clareza informacional, identidade visual coerente, requisitos técnicos e governança organizacional. A adoção de diretrizes unificadas facilita a navegação do cidadão, assegura a transparência das informações públicas e reduz custos de manutenção.

As recomendações abaixo foram elaboradas com base em normas internacionais (WCAG 2.1 nível AA) e nas boas-práticas de design de interfaces governamentais.

Para compreensão, as distribuições de sugestões seguem os padrões já utilizados nesta dissertação, dispostos a seguir:

A) Acessibilidade e usabilidade

Propõe-se a inclusão de um widget permanente de aumento de fonte, permitindo ajustes entre +20 % e +40 %, posicionado na barra superior para garantir visibilidade imediata. Ao lado desse controle, deve estar disponível a opção de alteração de contraste ou troca de cor de fundo (modo “alto contraste”). O conteúdo principal precisa estar posicionado acima da dobra da página em todas as versões (desktop e mobile), assegurando que informações essenciais sejam percebidas sem a necessidade de rolagem. Recomenda-se a implementação de um buscador por palavra-chave com autocomplete e filtragem por áreas (transparência, serviços, notícias). Todas as páginas devem atender aos critérios WCAG 2.1 nível AA, incluindo texto alternativo em imagens, navegação completa por teclado e foco visual evidente.

B) Estrutura de informação e transparência

A área de transparência deve ser centralizada em um link fixo no menu principal, limitando a profundidade de navegação a no máximo um clique a partir da página inicial. É necessária a uniformização da nomenclatura dos repositórios, adotando termos padronizados como “Planejamento Orçamentário” para PPA, LDO e LOA; “Legislação” para normas sobre prestação de contas; e “Glossário” para termos técnicos. Glossário e manuais devem estar disponíveis em formatos PDF e HTML acessíveis na mesma seção de transparência. Links diretos para o Tribunal de Contas estadual e para o Portal da Transparência federal devem ser inseridos nos rodapés padronizados, garantindo fácil acesso a fontes externas de controle.

C) Identidade visual

Define-se uma paleta tipográfica única, utilizando fonte sans-serif (por exemplo, Open Sans ou Source Sans Pro) com tamanho base de 16 px para textos corridos e títulos variando entre 24 px e 32 px conforme a hierarquia. O espaçamento entre blocos de conteúdo e botões de ação deve ser consistente, promovendo leitura fluida. Ícones padrão devem ser empregados para funcionalidades recorrentes,

como busca, acessibilidade e download, assegurando reconhecimento imediato pelos usuários.

Complementarmente, recomenda-se a inclusão de elementos visuais interativos que tornem o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) mais acessível ao cidadão. Pode-se adotar, por exemplo, indicadores gráficos dinâmicos, como um “semáforo fiscal” — com cores que representem o nível de conformidade das metas fiscais (verde para cumprimento, amarelo para atenção e vermelho para alerta) — ou um “impostômetro municipal”, que exiba em tempo real a arrecadação e a execução orçamentária. Esses recursos favorecem a transparência ativa, promovem educação fiscal e ampliam a compreensão pública sobre a gestão dos recursos municipais, em conformidade com os princípios da LRF e da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

D) Padrões técnicos

Recomenda-se a utilização de um CMS que permita atualização centralizada dos componentes descritos, como WordPress com plugins de acessibilidade. URLs devem ser amigáveis e semânticas, mantendo estrutura lógica que favoreça SEO e rastreamento interno. A implementação de CDN é essencial para o carregamento rápido de recursos estáticos (imagens, scripts) em todo o território nacional.

E) Governança

Deve ser definida uma equipe responsável pela manutenção da acessibilidade e da consistência visual, com revisões trimestrais. É imprescindível estabelecer um checklist de lançamento para novas páginas ou atualizações, cobrindo todos os itens descritos nesta padronização. Ao aplicar essas diretrizes de forma consistente nos portais municipais, cria-se uma experiência de navegação mais coerente para os cidadãos, aprimora-se a transparência governamental e simplifica-se a manutenção técnica dos sites.

Quadro 5: Análise comparativa dos sites das cidades pesquisadas

Tema	São Paulo	Rio de Janeiro	Distrito Federal (Brasília/DF)
Transparência (Portal)	Médio	Forte	Forte
Planejamento e Prestação de Contas (execução orçamentária, RGF/Gestão Fiscal)	Forte	Forte	Médio
Dados Abertos	Forte	Forte	Forte
Serviços Digitais (canal 156/1746 ou equivalente)	Forte	Forte	Médio
LAI – Pedido de Informação	A melhor	Forte	Forte

Fonte: Autora - 2025.

Para cada tema, está atribuída uma classificação padronizada entre “Forte”, “Médio” e “A melhor”. Essa padronização torna comparáveis realidades diferentes e ajuda a orientar decisões práticas, como a consolidação de processos, a criação ou melhoria de canais específicos e a padronização de conteúdos e indicadores. A leitura integrada por cidade mostra a consistência do conjunto (por exemplo, quando transparência, dados abertos e serviços digitais avançam em conjunto), enquanto a leitura por tema revela boas práticas que podem ser replicadas entre as cidades.

Na classificação adotada, “Forte” indica atendimento claro e consistente ao tema, com canais, conteúdos e funcionalidades adequados e atualizados. “Médio” significa que existem evidências parciais ou indiretas, cobertura incompleta ou ausência de um canal dedicado, sinalizando a necessidade de consolidação e padronização. “A melhor” aponta que não há referência específica disponível nesta consolidação ou há lacunas essenciais na disponibilização das informações, exigindo estruturação inicial do tema antes de avançar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação buscou compreender como as gestões públicas municipais têm utilizado seus websites institucionais como mecanismos de promoção da democracia, especialmente em seus pilares de transparência de contas e de políticas públicas, conforme estabelecem a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e os princípios da accountability.

Os resultados demonstraram que, embora haja avanços expressivos na disponibilização de informações públicas por meio das plataformas digitais, ainda persistem lacunas estruturais, técnicas e comunicacionais que limitam o exercício pleno da transparência e, conseqüentemente, o fortalecimento da democracia participativa.

As análises indicaram que as três capitais estudadas, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, apresentam níveis distintos de organização, acessibilidade e interatividade em seus *websites*. Enquanto São Paulo se destacou pela diversidade de conteúdos e pela integração entre portais temáticos e áreas de transparência, o Rio de Janeiro evidenciou desafios quanto à atualização e à navegabilidade das informações, e Brasília mostrou relativa coerência visual e técnica, mas ainda com carência de instrumentos interativos de diálogo com o cidadão.

Em termos metodológicos, o uso da abordagem qualitativa e descritiva, apoiada na netnografia aplicada à análise de websites, revelou-se eficaz para observar a complexidade do fenômeno comunicacional e identificar padrões e inconsistências na gestão da comunicação pública municipal. Essa perspectiva possibilitou compreender que a mera existência de portais de transparência não garante, por si só, uma comunicação pública efetiva. É necessário que haja usabilidade, linguagem acessível, atualização constante e estímulo à participação cívica.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa reafirma que a democracia contemporânea depende cada vez mais de mecanismos comunicacionais transparentes, acessíveis e participativos. A comunicação pública digital não se

restringe à divulgação de dados, mas deve funcionar como um instrumento de mediação entre o Estado e a sociedade, promovendo o engajamento cívico e o controle social sobre as políticas públicas.

Observou-se que, embora as legislações brasileiras, em especial a LRF e a Lei de Acesso à Informação, representem marcos importantes, sua efetividade prática ainda é desigual entre os municípios. As prefeituras precisam investir não apenas em sistemas de publicação de dados, mas também em estratégias de comunicação cidadã, que traduzam as informações fiscais e orçamentárias de modo compreensível e relevante para a população.

Dessa forma, esta pesquisa reforça que a transparência governamental é um processo comunicacional, e não apenas contábil. A democratização da informação requer tanto infraestrutura tecnológica quanto vontade política e competência comunicativa.

Como contribuição prática, o estudo propõe que os websites municipais adotem padrões visuais e estruturais de comunicação pública, baseados em critérios de acessibilidade, navegabilidade e clareza de linguagem, com indicadores de risco fiscal e sínteses visuais que facilitem a compreensão dos cidadãos sobre o uso dos recursos públicos.

Este trabalho representa um ponto de partida para o aprofundamento das reflexões sobre comunicação pública digital, transparência e governança democrática. As análises realizadas indicam caminhos promissores para estudos futuros que possam ampliar os horizontes teóricos e empíricos aqui delineados, incorporando novas metodologias, recortes territoriais e perspectivas comparativas. Espera-se, assim, contribuir para o fortalecimento de uma administração pública cada vez mais aberta, dialógica e comprometida com os princípios democráticos.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASÍLIA. **Puxado por construção e serviços, PIB do DF cresceu 3% em 2021**. Brasília: GDF, 17 nov. 2023. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/w/puxado-por-construcao-e-servicos-pib-do-df-cresceu-3-em-2021>. Acesso em: 10 out. 2025.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **População estimada do país chega a 213,4 milhões de habitantes em 2025**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44305-populacao-estimada-do-pais-chega-a-213-4-milhoes-de-habitantes-em-2025>. Acesso em: 07 out. 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ALESP). **Democracia Participativa: uma nova forma de entendermos a democracia** Disponível em: al.sp.gov.br/arquivos/documentacao/estudos-e-manuais/estudos-ILP/democrac.htm. Acesso em: 05 fev. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, L. M. **Recepção, mediação e mediatização: conexões entre teorias europeias e latino-americanas**. In: MATTOS, Maria Ângela. EDUFBA: 2012.

BAUDRILLARD, J. Função-signo e lógica de classe. In: **A Economia Política dos Signos**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. Pág. 9-49.

BAUMAN, Z. A cultura do lixo. In: **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, pág.117-164.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000 e 2009.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. in: ORTIZ, Renato (org). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. pag. 82-121.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2003.

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta a sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática**. São Paulo: Paulus, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – *Código Penal*, a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF,

20 out. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10028.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.

_____. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio de 2016.

_____. **Constituição Federal** de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988a.

_____. **Lei Complementar 101** (de 04 de maio de 2000). Brasília: Presidência da República. Disponível em <http://planalto.gov.br/ccivil/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em 10/01/2025b.

_____. **Lei Complementar 131** (de 27 de maio de 2009). Brasília: Presidência da República. Disponível em <http://planalto.gov.br/ccivil/leis/LCP/Lcp131.htm>. Acesso em 10/01/2025c.

_____. **O que é a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)?** Brasília: Ministério da Economia, 2008. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-assuntos-economicos/orcamento-federal/lei-de-responsabilidade-fiscal/dicas/080807_pub_lrf_dicas_port.pdf. Acesso em 20 mai. 2025d.

_____. Presidência do G20 / Ministério das Relações Exteriores. **São Paulo - SP** Brasília: governo federal, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/g20/pt-br/sobre-o-g20/cidades-sede/sao-paulo-sp?utm_source. Acesso em 09 jun. 2025g.

BUCCI, E. **Ciência da comunicação contra a desinformação**. Comunicação & Educação, v.7 , n.2.p.5-19. 2022. Tradução disponível em <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v27i2p5-19>. Acesso em 14 de maio 2024.

BUCCI, E. Pós-política e corrosão da verdade. **Revista USP**, (116), 19-30.2018.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - CETIC. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios — TIC Domicílios 2023: A4 – Domicílios com acesso à internet. Disponível em: <https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2023/domicilios/A4/>. Acesso em 10 mai. 2025.

CONDURU, M. T; PEREIRA, J. A. R. **Manual de pesquisa**. Belém: EdUFPA, 2010.

CONDURU, M. T.; PEREIRA, D. C. **Metodologia científica: o caminho da ciência**. Belém: UFPA, 2010.

Confederação Nacional de Municípios - CNM. **Com 54 % no vermelho e déficit de R\$ 33 bilhões, municípios enfrentam pior cenário fiscal da história.** *CNM – Notícias*, 30 mai. 2025. Disponível em:
<https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/com-54-no-vermelho-e-deficit-de-r-33-bilhoes-municipios-enfrentam-pior-cenario-fiscal-da-historia>. Acesso em: 01 jun. 2025.

_____. **Estudo técnico:** a situação fiscal de 2024 nos municípios e as perspectivas para 2025. Brasília: CNM, maio 2025. Disponível em:
https://cnm.org.br/storage/biblioteca/2025/Notas_Tecnicas/20250530_ET_FIN_situacao_fiscal_2024.pdf. Acesso em: 15 mai. 2025.

CORREIO BRAZILIENSE. **Brasília é a capital mais conectada do país, diz IBGE.** Brasília: Correio Braziliense, 24 jul. 2025. Disponível em:
<https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2025/07/7209399-brasilia-e-a-capital-mais-conectada-do-pais-diz-ibge.html>. Acesso em 01 out. 2025.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia.** Brasília: Editora UNB, 2001, 2009.

DAHL, Robert A. **Quien gobierna?** democracia y poder en una ciudad estadounidense. EUA: Yale University, 2010.

DE LUNETTA, R. S.; GUERRA, D. M. Pesquisa qualitativa e seus fundamentos na investigação científica. **Revista Brasileira de Metodologia Científica**, v. 10, n. 2, p. 45-59, 2024. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/390112135_Pesquisa_qualitativa_e_seus_fundamentos_na_investigacao_cientifica. Acesso em: 07 out. 2025.

DOMINGUES FILHO, J. B. **Planejamento governamental e democracia no Brasil.** Uberlândia/MG: EDUFU, 2007.

DUARTE, J. **A Comunicação pública na teoria do reconhecimento.** In: KUNSCH, Margarida M. K. Comunicação pública, sociedade e cidadania. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011. p. 121 – 134.

DUARTE, J. **Sobre e emergência do(s) conceito(s) de Comunicação pública.** In: Kunsch, Margarida Maria Krohling. (org) Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania. Editora Difusão, 1 ed, 2011.

DUARTE, J. **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público.** São Paulo: Editora Atlas S.A, 2012.

FAUSTO NETO, A. Fragmentos de uma analítica da midiatização. **Matrizes**, v. 1, n. 2, p. 89- 105, 2008.

FILGUEIRAS, F. **Corrupção, democracia e legitimidade.** Belo Horizonte: UFMG, 2008.

FONTENELLE, I. A. **Cultura do consumo**: fundamentos e formas contemporâneas. São Paulo: FGV, 2017.

FOSSATI, N. C. **Gestão da comunicação na esfera pública municipal**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

FRANÇA, P. G. **O controle da administração pública**: tutela jurisdicional, regulação econômica e desenvolvimento. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

FUNDAÇÃO SEADE. **Infraestrutura de acesso às TICs no domicílio**: características do acesso individual à internet e governo eletrônico. São Paulo: Fundação Seade, jul. 2024. Disponível em: <https://sptic.seade.gov.br/infraestrutura-de-acesso-as-tics-no-domicilio-caracteristicas-do-acesso-individual-a-internet-e-governo-eletronico/>. Acesso em 09 jun. 2025.

GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GOMES, W.; C. M. MAIA, R. **Comunicação e Democracia**. São Paulo: Paulus, 2008.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **História**. Brasília: Governo do Distrito Federal. Disponível em: <https://www.df.gov.br/historia>. Acesso em: 01 out. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Rio de Janeiro (RJ)**: Cidades e Estados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/rio-de-janeiro>. Acesso em: 10 out. 2025a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Brasília (DF)**: Cidades e Estados. Rio de Janeiro: IBGE, Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/df/brasil.html>. Acesso em: 10 out. 2025b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO E TRIBUTAÇÃO – IBPT. **Ranking dos 100 municípios brasileiros com maior arrecadação de tributos e valor per capita**. Disponível em: <https://ibpt.org.br/estudo-ranking-dos-100-municipios-brasileiros-com-maior-arrecadacao-de-tributos-e-valor-per-capita/>. Acesso em: 07 out. 2025.

INVEST.RIO. **Cidade do Rio de Janeiro**: Disponível em: <https://www.invest.rio/pt>. Acesso em: 10 out. 2025.

INVEST SP - Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade.
Economia Diversificada. São Paulo: INVEST SP. Disponível em:
<https://investsp.org.br/economia-diversificada/>. Acesso em 09 jun. 2025.

JANOTTI JÚNIOR, J.; JACKS, N. (orgs.). **Mediação e midiatização.** Livro Compós 2012. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 79-105.

JENKINS, H.; FORD, S.; GREEN, J. **Cultura da conexão:** criando valor e significado por meio da mídia propagável. São Paulo: Aleph, 2014.

HABERMAS, J. **Between facts and norms.** Cambridge: MIT Press, 1992. p. 360, tradução livre.

HJARVARD, S. **Midiatização:** teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. *Matrizes*, v. 5, n. 2, p. 53-91, 2012.

JORNAL DIGITAL. **Brasil dispara como um dos maiores consumidores de mídias sociais, segundo pesquisa.** 2024. Disponível em:
<https://jornaldigital.recife.br/2024/04/10/brasil-dispara-como-um-dos-maiores-consumidores-de-midias-sociais-segundo-pesquisa/#:~:text=O%20We%20Are%20Social%20e,em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20ao%20ano%20passado>. Acesso em: 02 fev. 2025.

LE MOS, A. **Cibercultura:** tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulinas, 2004.

LUDERMIR, T. B. Inteligência artificial e aprendizado de máquina: estado atual e tendências. **Estudos Avançados**, v.35.p.85-94, 2021.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E.D. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MADUREIRA, L. T.; MARQUES, C. G. **A Comunicação em saúde na Era das redes sociais.** In: C. G. Marques, A. Nata, E. F. Brou, E. R. Lopes, F. Pedro, & P. P. Almeida (Ed.), *Tomar: Instituto Politécnico de Tomar. Atas da XI Semana de Gestão. Rumos Estratégicos: Começar e Recomeçar*, p. 41 - 48, 2016.

MARTÍN - BARBERO, Jesús. **Uma aventura epistemológica.** *Matrizes*, v.2, n.2, p.143 - 162, 2009.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais.** São Paulo, Atlas, 2009.

MORAES, N. R. M.; NUNES, S. G. C.; SOUZA, F. C. **As mídias digitais e a nova sociedade:** um olhar sobre as interações humanas e as relações organizacionais. 1. ed. Palmas - TO: EdUFT, 2020.

_____. **Internet, prestação de contas e transparência na gestão pública municipal.** (Tese de doutorado). Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea - UFBA, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/13014/1/Nelson%20russo%20de%20moraes.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.

_____. **Responsabilidade social empresarial: dever ou ética?** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UNESP. Franca – SP, 2005.

NASCIMENTO, M. M. **Opinião pública e revolução.** São Paulo: Edusp; Nova Stella, 1989. p. 61.

_____. **Cultura da convergência.** Tradução de Susana Alexandria. São Paulo: Aleph, 2008.

O'DONNELL, G. Accountability horizontal e novas poliarquias. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 44, p. 27–54, 1998.

PERES, M. A. **A administração pública democrática:** institutos de participação popular na Administração Pública. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral>. Acesso em: 20 out. 2025.

ROLANDO, S. **A dinâmica evolutiva da Comunicação pública.** In: Kunsch, Margarida Maria Krohling.(org) Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania. Editora Difusão, 1. ed, 2021.

SIRAQUE, V. **Controle social da função administrativa do Estado:** possibilidades e limites da Constituição de 1988. São Paulo: Saraiva, 2009.

SODRÉ, M. **Antropológica do espelho:** uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2002.

TÖNNIES, F. **Community and society.** Tradução de Charles Loomis. Michigan, EUA: Michigan State University Press, 1957.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICE FINAL:

TRAJETÓRIA ACADÊMICA DA MESTRANDA

TRAJETÓRIA ACADÊMICA

2023 – 2025

DISCIPLINAS CURSADAS

Violência e Comunicação para Paz (1º semestre de 2023)

Unidade: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (UNESP – Bauru) /

Professor: Raquel Cabral / **Carga Horária:** 120 horas / **Modalidade:** Nível Mestrado / **Características:** Presencial) / **Número de créditos:** 8

Ementa: Trajetória dos Estudos para a Paz (Peace Studies): da polemologia ao giro epistemológico. Manifesto de Sevilha e a conceituação de violência. A classificação de violência e paz de Johan Galtung. A noção de Peace Culture e o Programa Cultura de Paz da ONU. Desafios e reflexões da comunicação para a Agenda 2030. Comunicação, interseccionalidade e violência: o debate de gênero e inclusão de grupos minorizados, comunidades tradicionais, conflitos armados, ética do cuidado e meio-ambiente. Comunicação para Paz (Communication for Peace). Jornalismo para paz (Peace Journalism). Violência na Comunicação Organizacional. Comunicação e estratégias narrativas: a pedagogia do horror, images of the future e memória educadora. Comunicação intercultural e fluxos migratórios.

Essa disciplina foi muito importante, porque contribuiu para eu pudesse observar os tipos de violências existentes no dia a dia, principalmente aquelas que ocorrem no meio institucional, gerador de políticas públicas necessárias para a população. Além disso, a comunicação para a paz é fundamental para a regulamentação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e tem como propósito rever as violências que ocorrem há tantas décadas e seguirão ocorrendo se nada for feito.

Metodologia da Pesquisa em Comunicação (1º semestre de 2023)

Unidade: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (UNESP – Bauru) /
Professor: Arlindo Rebechi Junior e Danilo Rothberg / **Carga Horária:** 120 horas / **Modalidade:** Nível Mestrado / **Características:** Presencial / **Número de créditos:** 8

Ementa: Fundamentos da metodologia científica aplicada à comunicação. Métodos qualitativos e quantitativos. A escolha dos métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. O problema da validade científica. A aplicação das principais técnicas de pesquisa a estudos da comunicação.

Ao cursar esta disciplina pode ter contato com teorias metodológicas e a formatação adequada para desenvolver o objeto de pesquisa em questão. Por meio dela, foi possível identificar a melhor forma de desenvolvimento lógico do conteúdo, atentar para possíveis falhas existentes na proposta de estudo e fazer adequações necessárias no projeto proposto.

Comunicação para a Cultura de Paz e Interculturalidade (2º semestre de 2023)

Unidade: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (UNESP – Bauru) /
Professor: Raquel Cabral e Maria Aparecida Ferrari / **Carga Horária:** 30 horas /
Modalidade: Nível Mestrado / **Características:** On-line /
Número de créditos: 2

Ementa: Trajetória dos estudos para a paz: dos estudos de polemologia ao giro epistemológico. Manifesto de Sevilha. A classificação de violência (direta, indireta e cultural) e de paz (negativa, positiva e cultura de paz) de Johan Galtung. A noção de Peace Culture e o Programa Cultura de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU) na intersecção com a comunicação. Comunicação para a paz na intersecção com o debate sobre gênero e diversidade cultural, paz meio ambiental, povos indígenas e comunidades tradicionais, jornalismo para a paz (Peace Journalism) e diálogos interdisciplinares.

Esta disciplina veio como complemento à anterior, cursada no primeiro de 2023. Ela permitiu contato com docentes de outras localidades, como por exemplo da Universidade de São Paulo (USP) e discentes de várias regiões do Brasil. Esses locais de fala foram importantes para a compreensão das violências ocorridas de

forma direta, estrutural e cultural com o relato de experiências e soluções encontradas para minimizar seus impactos na vida das pessoas.

Estudos Sobre Comunicação e Cultura de Povos Tradicionais (2º semestre de 2023)

Unidade: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (UNESP – Bauru) / **Professor:** Nelson Russo de Moraes / **Carga Horária:** 120 horas / **Modalidade:** Nível Mestrado / **Características:** Presencial / **Número de créditos:** 8

Ementa: Teoria da Sociabilidade. Cultura. Teoria Difusionista na Antropologia Cultural. Formação da sociedade nacional e dos povos tradicionais. Desafios da convergência entre a comunicação e as políticas públicas voltadas aos povos tradicionais. Museologia, museus e espaços museológicos.

Comunicação e Cultura de Povos Tradicionais foi a disciplina onde tive mais contato com meu orientador e pude compreender o universo de políticas públicas que podem ser exploradas e estudadas com o objetivo de contribuir com literaturas existentes e até iniciar novas pesquisas norteadoras para a melhoria de comunicação entre a esfera pública, seus meios e engajamento da sociedade com temas políticos fundamentais para a participação democrática.

Políticas de la imagen. Cultura visual y los problemas de la lectura de las imágenes en el espacio social contemporáneo Metodologia da Pesquisa em Comunicação (1º semestre de 2024)

Unidade: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (UNESP – Bauru) / **Professor:** María del Rosario Zavala / **Carga Horária:** 30 horas / **Modalidade:** Nível Mestrado / **Características:** Presencial / **Número de créditos:** 2

Ementa: Este seminario toma como objeto el abordaje de las imágenes en los circuitos de nuestra compleja contemporaneidad latinoamericana. Nuestra cultura visual y las lecturas de las imágenes que pueblan, nuestros mundos sociales, tanto los dispositivos visuales, más allá del carácter técnico/tecnológico de su factura, como los mundos culturales y significativos, además de las direcciones de sentido que suscitan en su producción y puesta en circulación. Tanto las imágenes de lo culto, como de lo popular y lo masivo. En el nuevo espacio de la cultura visual, existe una pluralidad de métodos y tendencias que ponen el énfasis del análisis ya sea en el proceso de construcción social de las imágenes, ya sea en sus determinaciones culturales y antropológicas, como resultado de las prácticas políticas y artísticas contemporáneas, en un mundo cargado de conflictividad donde todos somos productores de imágenes y se

ponen en circulación a través de las redes. Desde una estrategia epistemológica múltiple, comprendemos la imagen como una construcción cultural en contextos de circulación específicos. La expansión del concepto de imagen incluye no sólo a las provenientes del mundo del arte, sino también a las imágenes científicas, comerciales o de la cultura mediática, sin olvidar sus especificidades y los sistemas de representación en los cuales se insertan. Se presenta como un panorama donde poder cuestionar los estatutos de la realidad, los contextos específicos, sobre todo aquellos que disimulan su complicidad con los regímenes del espectáculo y del control y la vigilancia, en el uso de la propaganda, la publicidad, y en todas aquellas estrategias dirigidas a manipular y erosionar las prácticas democráticas. El objetivo del presente seminario es desarrollar proyectos de intervención / producción / investigación en el campo de la cultura visual, así como de aplicar técnicas y procedimientos de indagación y validación de conocimientos relativos a la imagen en todas sus ricas posibilidades. Se aspira a poner en discusión las tematizaciones y abordajes pertinentes en la escena del pensamiento latinoamericano, para el estudio del proceso de producción, circulación y lectura de las imágenes, para lo cual se debe profundizar en los saberes teóricos y metodológicos relativos a este campo específico de investigación.

Essa Disciplina contribuiu para uma visão global dos registros políticos marcantes ao longo de décadas de repressão e busca pelo ideal de liberdade da sociedade como um todo. Ao estudar as imagens, manifestações, formas de protesto e expressões culturais, foi possível compreender a indústria dos meios de comunicação e o comportamento do ser humano frente às barreiras sofridas em relação à liberdade de expressão.

Sociedade, cultura e povos tradicionais (2º semestre de 2024)/ Disciplina do Portfólio

Unidade: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (UNESP – Bauru) /

Professor: Nelson Russo de Moraes / **Carga Horária:** 15 horas / **Modalidade:** Nível Mestrado / **Características:** On-line / **Número de créditos:** 1

Ementa: Teoria da Sociabilidade. Cultura. Teoria Difusionista na Antropologia Cultural. Formação da sociedade nacional e dos povos tradicionais. Desafios de uma sociedade pautada em processos violentos de colonização.

Sociedade, cultura e povos tradicionais permitiu contato com discentes de vários locais do mundo e ao ouvir relatos de seus locais de falas, foi possível identificar que as políticas públicas, em pleno século XXI, são falhas. Com base nessa análise, pude focar com mais precisão no objeto de pesquisa, definir teorias

importantes para o estudo sugerido e pensar nas políticas públicas de forma mais assertiva e produtiva.

Polifonia, (Des)Informação e Pós-Verdade na Sociedade Mdiatizada (1º semestre de 2024)

Unidade: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (UNESP – Bauru) /

Professor: Liliane de Lucena Ito / **Carga Horária:** 60 horas / **Modalidade:** Nível Mestrado / **Características:** Híbrido (online e presencial) /

Número de créditos: 4

Ementa: O papel central da mídia nos processos sociais: da sociedade dos meios à sociedade midiaticizada. Cibercultura, cultura de convergência e de conexão. Informação, desinformação, verdade e pós-verdade: aspectos ontológicos e históricos. Plataformas e mecanismos algorítmicos das tecnologias de comunicação em rede. Afetos, conteúdos e estéticas da desinformação. O lugar do jornalismo no contexto da sociedade midiaticizada. Educação midiática.

Esta última disciplina me permitiu compreender o estudo de diversas culturas com base na sociedade de consumo. A mudança na forma de emitir e receber informações, a massificação dos meios, a chegada da Internet e a formação das Big Techs são fatores norteadores para entender o comportamento das pessoas frente ao universo on-line, bem como a monetização das grandes empresas de informação, por meio de dados obtidos nas navegações dos usuários de mídias sociais.

PARTICIPAÇÕES

4º Congresso Científico Internacional da REDECT

Data: 07 a 10/11/2023

Carga horária: 40 horas

Características: on-line

Título do trabalho: O Desafio da Comunicação com a Chegada da Internet nas Comunidades Indígenas Remotas

Coautoria: Profº. Drº. Nelson Russo de Moraes

5º Congresso Científico Internacional da REDECT

Data: 18 a 22/11/2023

Carga horária: 40 horas

Características: on-line

Título do trabalho: Informação como Base para a Democracia e Caminho para a Revisão das Consequências da Hipermediação

Coautoria: Profº. Drº. Nelson Russo de Moraes

2º SINCID Seminário Interdisciplinar de Ciências de Dados - LINDA

Data: 18 a 22/10/2024

Carga horária: 08 horas

Características: on-line

1º Semana da Mulher no Automobilismo - PAC Baja

Data: 11/11/2024

Carga horária: 2 horas

Características: palestrante/ presencial

11º Startup Day

Data: 22/03/2025

Carga horária: 4 horas

Características: palestrante/ presencial

**PARTICIPAÇÃO EM COMISSÃO ORGANIZADORA DE EVENTOS
CIENTÍFICOS**

Semana Nacional de Ciência e Tecnologia - SNCT

Data: 14 a 18/10/2024

Carga horária: 40 horas

Características: presencial

PARTICIPAÇÃO COMO REPRESENTANTE DISCENTE EM ÓRGÃOS COLEGIADOS DA UNESP

Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social GEDGS (grupo de pesquisa credenciado pela UNESP e registrado pelo Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq)

Data: desde 01/12/2022

Carga horária: 4 horas semanais

Características: híbrido

EVENTOS

Fórum de Cidades Digitais e Inteligentes do Centro-Oeste Paulista. Data: 06/11/2024 / **Características:** presencial / **Local:** Instituição Toledo de Ensino (ITE – Bauru)

PUBLICAÇÃO DE TRABALHO COMPLETO EM ANAIS (OU SIMILARES), EM AUTORIA INDIVIDUAL OU COAUTORIA

5º Congresso Científico Internacional da REDECT

Data: 18 a 22/11/2023

Carga horária: 40 horas

Características: on-line

Título do trabalho: Informação como Base para a Democracia e Caminho para a Revisão das Consequências da Hipermediação

Coautoria: Profº. Drº. Nelson Russo de Moraes

ATESTADO

Atestamos, para os devidos fins, que TATHIANA RODRIGUES SAQUETO, RA nº COM230146, RG nº 28.959.530-7, expedido pela SSP/SP, realizou as seguintes atividades programadas junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Curso de Mestrado Acadêmico, reconhecido pela Portaria MEC número 609/2019 de 14/03/2019.

Disciplinas	Ano	Período letivo	Créditos	Carga Horária	Freq	Conceito
Metodologia da Pesquisa em Comunicação	2023	1º Semestre	8	120	93.3	A
Violência e Comunicação para Paz	2023	1º Semestre	8	120	100	A
Comunicação para Cultura de Paz e Interculturalidade	2023	2º Semestre	2	30	76.7	A
Estudos sobre comunicação e cultura de povos tradicionais	2023	2º Semestre	8	120	100	A
Polifonia, (Des)Informação e Pós-Verdade na Sociedade Midiatizada	2024	1º Semestre	4	60	100	B
Políticas de la imagen. Cultura visual y los problemas de la lectura de las imágenes en el espacio social contemporáneo	2024	1º Semestre	2	30	100	B
Metodologia da Pesquisa em Comunicação	2024	1º Semestre	1	15	100	A
Sociedade, cultura e povos tradicionais	2024	1º Semestre	1	15	100	A

1 crédito correspondente a 12 horas de atividades programadas até 13/9/99 (Res. UNESP 46, DE 18/6/91)
1 crédito correspondente a 15 horas de atividades programadas a partir de 14/9/99 (Res. UNESP 45, DE 14/9/99)
CONCEITOS:
A - Excelente; B - Bom; C - Regular D/R - Reprovado I - Incompleto T - Transferência
OBS: AE - Disciplina cursada como aluno especial
TP - Disciplina cursada no programa
T - Disciplina cursada fora do Programa
M - Disciplina cursada como portador de título de Mestre

PROFICIÊNCIA EM LÍNGUAS: INGLÊS

Data da Aprovação: 09/03/2024

DATA DO EXAME GERAL DE QUALIFICAÇÃO:

Documento emitido às 14:39 do dia 20/12/2024
Código de autenticidade: 477A-3F32-936F-E9C1-1423-1942-C7FF-DC73
Documento válido até às 14:39 do dia 18/02/2025



ATENÇÃO: Este é um documento oficial da Pós-graduação da UNESP, com autenticação eletrônica através da página <https://app.unesp.br/sispg/autenticidade-documento>, que dispensa carimbo e assinatura.

Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design - Câmpus de Bauru -
Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01, 17033360

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01 - Vargem Limpa. Bauru - SP - Brasil
Fone: 14 3103-6057 | e-mail spg.faac@unesp.br
www.faac.unesp.br

Verifique o código de autenticidade 1185682.83416880.6.8.5763727815377037 em <https://www.even3.com.br/documentos>



Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais - RedeCT

Criada em 2017 no GEDGS/FCE/UNESP Tupã/SP (dentro do Projeto "Observatório de Democracia e Gestão Social") e apresentada pública e oficialmente em 22/maio/2018 (X ENAPEGS - Universidade Federal do Cariri, em Juazeiro do Norte/CE). Juridicamente constituída como Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas e Povos Tradicionais em 29/maio/2021, com sede no estado do Tocantins. Os trabalhos acadêmicos estão sediados no DCSO/FAAC, na UNESP/Câmpus de Bauru - SP.

IV CONGRESSO CIENTÍFICO INTERNACIONAL DA REDECT

(07 a 10/11/2023 – UNAMA – Belém/PA – Amazônia Brasileira)

Certificamos que **tathiana rodrigues saqueto**, participou com êxito do evento 4º Congresso Científico Internacional da RedeCT realizado de 07 a 10 de novembro 2023, on-line gerado simultaneamente a partir da cidade de Belém/PA, Universidade da Amazônia – UNAMA (Campus Alcindo Cacela-Brasil), com apoio da UNESP FCE e FAAC, contabilizando carga horária total de 40 horas.

Belém/PA, 22 de novembro de 2023

Dr. Nelson Russo de Moraes
Professor Associado UNESP (Câmpus de Bauru/SP)
Coordenador da RedeCT

Dra. Ana D'Arc Martins de Azevedo
Professora da UNAMA e da UEPA (Belém/PA)
Coordenadora do IV CCI da RedeCT

Conteúdo Programático do IV Congresso Científico Internacional da RedeCT

07/11/2023

19h - Abertura oficial do congresso

19h30 - Apresentação: Ética nas relações: a academia e os povos indígenas (Time'i Awete/Instituto Janeraka; Pajé Tywaywa/Povo Awaeté/Alto Xingu)
19h30 - Conferência "Diálogos entre as culturas: um olhar a partir da Filosofia Africana" (Dr. Thiago Chingore - Moçambique)

08/11/2023

8h30 - Minicurso "20 anos da lei 10.639/03: negligência, avanços e desafios para a educação antirracista"

8h30 - Minicurso "Registros e recortes fotográficos de comunidades quilombolas na Amazônia Paraense"

8h30 - Minicurso "Quando o quilombo é rio: desafios dos quilombolas ribeirinhos frente aos grandes empreendimentos"

8h30 - Minicurso "Centro Digital de Educação e Diversidade Étnico-racial: memórias e saberes educativos étnico-culturais entre Brasil-Angola"
16h30 - Mesa-redonda "Contexto da divulgação científica no Brasil e no mundo: um avanço na definição e uma proposta para uma política pública"

16h30 - Mesa-redonda "Ciência, Tecnologia e Inovação nas e para as Comunidades Tradicionais"

19h - Conferência: "Protagonismo das mulheres indígenas: luta e resistência"

09/11/2023

8h30 - Minicurso "(Con)versar da Natureza: Reterritorializando saberes da Conservação"

8h30 - Minicurso: "(Re)pensando minorias: a ação das políticas públicas no contexto brasileiro Literatura indígena"

8h30 - Minicurso: "Introdução à divulgação científica sobre povos originários e comunidades tradicionais"

8h30 - Minicurso: "Literatura Indígena"

16h30 - Mesa-redonda: "Jogo de dentro e jogo de fora: desafios e atravessamentos do campo de pesquisa de sujeitos originários e afrodiaspóricos."

16h30 - Mesa-redonda "Sertanejo, sua cultura e as sementes crioulas como legado"

19h - Conferência: "A relevância do saber ribeirinho: a experiência de construção do PPP da Escola Padre Pio na Ilha do Capim em Abaetetuba"

10/11/2023

8h30 - Minicurso "Modos de vida sustentáveis e povos indígenas do sul do Brasil"

8h30 - Minicurso "Povos originários e comunidades tradicionais: Interculturalidade e Ensino de História na/da Amazônia"

8h30 - Minicurso "Escolas multisseriadas em territórios quilombolas: possibilidade de concretização do direito a educação"

16h30 - Reunião técnica de planejamento da RedeCT

19h - Conferência final "Diversidade e Amazônia: vivências e experiências em educação ribeirinha"

22h - Encerramento oficial do congresso.

Even3

Verifique o código de autenticidade 18465297.83416880.199837.8.8465297834168801998378 em <https://www.even3.com.br/documentos>



**Rede Internacional de Pesquisadores sobre
Povos Originários e Comunidades Tradicionais – RedeCT**

Instituto de Pesquisas Amazônicas e de Povos Tradicionais – CNPJ 05.375.958/0001-80

Criado em 02/09/2002, o Instituto de Pesquisas Amazônicas e de Povos Tradicionais, juntamente com membros do GEDGS/UNESP, apresentou de modo público e oficial em 22 de maio de 2018, a RedeCT, com sede administrativa em Porto Nacional/TO (Amazônia legal brasileira) e escritório regional de representação e coordenação acadêmica em Bauru/SP/Brasil.

V CONGRESSO CIENTÍFICO INTERNACIONAL SOBRE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS
(realizado em modo híbrido, de 18 a 22/11/2024, a partir da UNESP/Bauru/SP e de modo simultâneo na Universidade Licungo/Beira/Moçambique e na Escola Superior de Jornalismo/Maputo/Moçambique)

Certificamos que o trabalho (**Artigo**) intitulado **INFORMAÇÃO COMO BASE PARA A DEMOCRACIA E CAMINHO PARA A REVISÃO DAS CONSEQUÊNCIAS DA HIPERMEDIAÇÃO** foi submetido nos prazos e formas estabelecidas no edital deste congresso, posteriormente foi avaliado por doutores integrantes do Comitê Científico do mesmo, apresentado e arguido em sessão pública por seus autores **tathiana rodrigues saqueto e Nelson Russo de Moraes**, estando apto à publicação, assim declaramos que o referido trabalho está em fluxo editorial para publicação no Anais do V Congresso Científico Internacional sobre Povos e Comunidades Tradicionais.

Bauru, 29 de novembro de 2024.

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes

Coordenador da Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais
Professor Associado na Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design - FAAC / UNESP Câmpus de Bauru/SP
dúvidas ou informações: contato@redect.org dados da RedeCT e do congresso e/ou [acesso ao Anais: www.redect.org](http://www.redect.org)

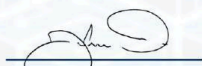


SINCID

CERTIFICADO

Certificamos que **tathiana rodrigues saqueto**
participou com êxito das atividades realizadas no dia 19 de outubro durante o II Seminário
Interdisciplinar de Ciência de Dados do Laboratório de Inteligência de Dados - II SINCID-
LINDA, contabilizando carga horária total de 8 horas.

Bauru, 18/10/2024 a 23/10/2024


Coordenador LInDa
Prof. Ass. Sênior João Pedro
Albino



Organização

Verifique o código de autenticidade 18279226.83416880.186553.8.8275226834168801865538 em <https://eventos.faac.unesp.br/documentos>

Atividades do dia 19/10:

- Palestra Eduarda Pavão (DU Data)
- Palestra Bianca Muniz (Agência Pública)
- Palestra Dr. Robson (UNIMED)
- Palestra Gustavo Thomazelli (Scaffold)
- Mesa-redonda com Téo Calvo, Bruno Jardim e Mariana Hafiz
- Oficina "Químicas Digitais" com Dorival Rossi e Rodrigo Moon



SINCID



Linda
Laboratório de
Inteligência
de Dados

**18, 19, 21 e 22
de Outubro**

- ✓ Palestras
- ✓ Minicursos
- ✓ Workshops
- ✓ GTs virtuais
- ✓ Certificado de participação

Saiba mais



**2º SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR DE
CIÊNCIA DE DADOS - LINDA**

Evento gratuito e híbrido

Patrocínio







APOIO E COLABORAÇÃO










CERTIFICADO

Certifico que TATHIANA RODRIGUES SAQUETO participou na qualidade de palestrante do Evento Externo "Semana da Mulher no Automobilismo - PAC Baja", promovido pela Faculdade de Engenharia de Bauru, de 11 à 14 de novembro de 2024 com dedicação de 2 horas.

Bauru, 12 de dezembro de 2024.

 Documento assinado digitalmente
JOSE CLAUDIO LOPES
Data: 12/12/2024 10:56:33 -0300
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

Prof. Dr. José Claudio Lopes
Coordenador


Prof. Dr. José de Souza Rodrigues
Diretor da Faculdade de Engenharia

Certificado nº 124182



Certifico que

Tathiana Saqueto

participou do evento Fórum de Cidades Digitais e Inteligentes do Centro-Oeste Paulista, no dia 06 de novembro de 2024, no município de Bauru (SP), de maneira presencial, totalizando 08 horas.



José Marinho
Diretor da Rede Cidade Digital



O trabalho intitulado **INFORMAÇÃO COMO BASE PARA A DEMOCRACIA E CAMINHO PARA A REVISÃO DAS CONSEQUÊNCIAS DA HIPERMEDIAÇÃO**, de autoria de **tathiana rodrigues saqueto** e **Nelson Russo de Moraes**, submetido pelos autores no V Congresso Científico Internacional da RedeCT (ano 2024), foi avaliado pela Comissão Científica do V CCI da RedeCT por meio do Eixo Temático Permanente - ETP específico da submissão, sendo **APROVADO** na modalidade Artigo para apresentação no referido congresso científico internacional.

Locais presenciais de realização simultânea do evento: Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design - **FAAC/UNESP (Bauru/SP/Brasil)** e simultaneamente na Universidade Licungo (Beira/Moçambique) e Escola Superior de Jornalismo - ESJ (Maputo/Moçambique).

Período de realização do V CCI da RedeCT: 19 a 22 de novembro de 2024.

Bauru/SP/Brasil, 08 de setembro de 2024

COMISSÃO CIENTÍFICA DO V CCI DA RedeCT

V Congresso Científico Internacional da RedeCT

Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes

Coordenador da Comissão Científica do V CCI da RedeCT

redect.org contato@redect.org

Data do Aceite: 26/09/2024



CERTIFICADO

ORGANIZAÇÃO

Certificamos que **Tathiana Rodrigues Saqueto**, participou como organizadora da **Semana Nacional de Ciência e Tecnologia de Bauru**, no ano de 2024, com carga horária de 30 horas.

Bauru, 12 de novembro de 2024

Marcelo Carbone Carneiro
DIRETOR

CITeBauru

unesp

FIB
FACULDADES INTEGRADAS DE BAURU

Fatec
Bauru

UNISAGRADO
Ensino Superior de Excelência

SEDECON
BAURU
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, TURISMO E RENDA

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO" – UNESP
Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design – FAAC
Departamento de Audiovisual e Relações Públicas – DARP
Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS
Criado em 21/07/2014



Decl. nº 24/2024

DECLARAÇÃO

Declaro, para fins de comprovação curricular, que **TATHIANA RODRIGUES SAQUETO**, participa (na qualidade de PESQUISADOR / ESTUDANTE DE MESTRADO) dos trabalhos do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS (grupo de pesquisa credenciado pela UNESP e registrado pelo Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq) **desde 01/12/2022**, atuando nas seguintes frentes:

- Participação nas reuniões do GEDGS com contribuições no âmbito de apresentação de temas e argumentações teóricas;
- Organização da comunicação interna do grupo de pesquisa.

Carga horária: **4h/semanais**.

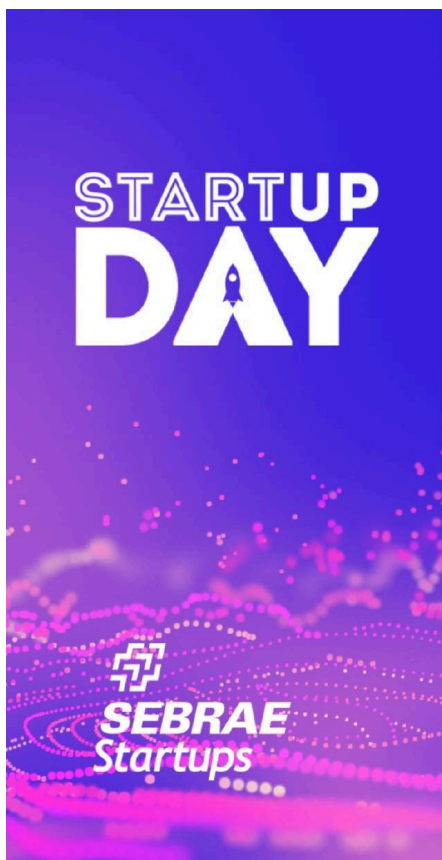
Bauru/SP, 17 de dezembro de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br NELSON RUSSO DE MORAES
Data: 17/12/2024 11:14:18-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Assoc. Nelson Russo de Moraes
Departamento de Audiovisual e Relações Públicas – DARP
Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design – FAAC / UNESP Bauru
Líder do Grupo de Pesquisa GEDGS, desde 21/07/2014

Observação: devido a problemas operacionais gerados a partir da transferência deste docente (da FCE/UNESP Tupã para a FAAC/UNESP Bauru), com relação ao período de atuação dos integrantes do Grupo de Pesquisa GEDGS, valem os dados e informações desta declaração sobre aquelas apresentadas contidas no portal DGP/CNPq.

Departamento de Audiovisual e Relações Públicas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – FAAC
Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01 - Vargem Limpa - Bauru - SP - Brasil www.faac.unesp.br



CERTIFICAMOS QUE

Tathiana Saqueto

participou do evento 11ª Edição do Startup Day
no dia 22/03/2025, totalizando 04 horas de capacitação.




Paulo Renato Macedo Cabral
Gerente da Unidade de
Inovação do SEBRAE Nacional